Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	
5.3 - Descrição - Controles Internos	
5.4 - Programa de Integridade	
5.5 - Alterações significativas	
5.6 - Outras inf. relev Gerenciamento de riscos e controles internos	
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	24
10.2 - Resultado operacional e financeiro	47
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	49
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	50
10.5 - Políticas contábeis críticas	52
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	54
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	
10.8 - Plano de Negócios	56
10.9 - Outros fatores com influência relevante	58

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos Corporativos ("<u>Política de Gestão de Riscos</u>"), aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 23 de fevereiro de 2021.

b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

O objetivo da Política de Gestão de Riscos da Companhia é estipular as diretrizes, princípios, papéis e responsabilidades no gerenciamento de riscos corporativos da Companhia, bem como o desenvolvimento, disseminação e implementação da cultura de gerenciamento de riscos, por meio da orientação dos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos mapeados, visando promover melhoria contínua para os processos da Companhia e a obtenção de melhores resultados.

Com a implementação da Política de Gestão de Riscos, espera-se proteger e criar valor para a Companhia por meio da identificação dos riscos e do mapeamento dos processos, sistemas e controles que suportam suas atividades, permitindo a melhor tomada de decisão por sua administração.

i. Os riscos para os quais se busca proteção

Para cumprimento dos objetivos propostos na Política de Gestão de Riscos da Companhia, os riscos aos quais a Companhia busca proteção estão descritos na tabela abaixo:

CATEGORIA DOS RISCOS	DESCRIÇÃO DA CATEGORIA DOS RISCOS
ESTRATÉGICO	Riscos associados à tomada de decisões pela administração da Companhia cuja materialização pode gerar perda substancial de valor econômico, de capital ou de participação de mercado da Companhia, como consequência de planejamento e/ou decisões falhas, usualmente relacionadas às estratégias de negócio/participação no mercado, investimentos, sucessão, inovação, competição e ambiente de negócios. São, portanto, riscos que podem prejudicar o núcleo do modelo de negócios da Companhia. Desafiam a lógica das escolhas estratégicas, ameaçam a
FINANCEIRO	competitividade e prejudicam a capacidade de se alcançar ou manter um desempenho excepcional. São riscos que podem afetar de forma adversa as finanças da Companhia e estão associados à exposição das operações financeiras. Decorrem de variações de valores de ativos e passivos no mercado, descumprimento de obrigações financeiras de contrapartes, alto custo ou incapacidade de cumprir as obrigações financeiras, ineficiência na alocação do capital ou falhas nos reportes financeiros.
OPERACIONAL	São riscos decorrentes de falhas de processos e controles, falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, bem como oriundos de erros ou fraudes que prejudiquem ou impossibilitem o exercício das atividades da Companhia. Os riscos operacionais geralmente acarretam redução, degradação ou interrupção, total ou parcial, das atividades da Companhia, com possível impacto negativo reputacional, além da potencial geração de passivos contratuais, regulatórios e ambientais.
REGULAMENTAR	Riscos relacionados a sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação, que a Companhia pode eventualmente sofrer como resultado da falha no cumprimento e aplicação de leis, acordos e regulamentos de qualquer natureza, incluindo trabalhista, fiscal, contratual, ambiental, regulatória e cível.

CATEGORIA DOS RISCOS	DESCRIÇÃO DA CATEGORIA DOS RISCOS
CIBERNÉTICO	Riscos que podem expor os ativos de informação da Companhia a ameaças conhecidas ou desconhecidas por meio de ataques cibernéticos por <i>hackers</i> . Estes Riscos podem ser representados por falhas, indisponibilidade ou obsolescência de equipamentos e instalações, assim como de sistemas informatizados de controle, comunicação, logística e gerenciamento operacional, que prejudiquem ou impossibilitem a continuidade das atividades regulares da Companhia, ao longo da sua cadeia de valor (clientes, fornecedores, parceiros e unidades regionais, dentre outros).

ii. Os instrumentos utilizados para proteção do risco

O processo de gestão de riscos da Companhia foi definido com base nas orientações do COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e na norma ISO 31000: 2018 - Princípios e Diretrizes da Gestão de Riscos.

Nesse contexto, o processo de gestão de riscos é parte integrante do desenvolvimento das atividades da Companhia, incorporado na cultura e nas práticas organizacionais e adaptado aos processos de negócios, sendo constituído pelas seguintes etapas subsequentes e dependentes:

Estabelecimento do contexto

Identificação dos Riscos

Análise

Avaliação

Tratamento

Monitoramento

Comunicação

ERM: Enteprise Risk Management (Gestão de Risco Empresarial)



Etapa 1: Estabelecimento do contexto

Fase inicial do processo contínuo de gestão de riscos, que articula os objetivos estratégicos da Companhia com os parâmetros externos e internos que serão levados em consideração, estabelecendo o escopo e os critérios de riscos para o restante do processo.

Busca entender o cenário e contexto de negócio considerando fatores ligados ao planejamento estratégico de curto e longo prazo da Companhia e das suas unidades de negócio, alinhados ao ambiente em que esses objetivos são inseridos.

É uma etapa fundamental para garantir que o processo de gestão de riscos esteja alinhado aos ciclos de gestão e de planejamento estratégico da Companhia para alinhar seus níveis aceitáveis de apetite a risco.

Para estabelecer os cenários que devem apoiar essa etapa, são considerados os fatores influenciadores tanto do contexto externo quanto do contexto interno.

Contexto Externo

O Contexto Externo é o ambiente externo no qual a Companhia busca atingir seus objetivos. Inclui, mas não se limita a: (a) ambiente cultural, social, político, legal, regulatório, financeiro, tecnológico, econômico, natural e competitivo, quer seja internacional, nacional, regional ou local; (b) fatores chave e tendências que tenham impacto sobre os objetivos da organização; e (c) relações com as partes interessadas externas e suas percepções e valores.

Geralmente, a Companhia não consegue intervir diretamente sobre o contexto externo, tendo uma ação predominantemente reativa. Entretanto, seguindo as diretrizes da Política de Gestão de Riscos, a Companhia deve buscar mitigar eventuais impactos de Eventos materializados no contexto externo.

Nos termos da Política de Gestão de Riscos, "Evento" significa a ocorrência ou mudança em um conjunto específico de circunstâncias que resultem na materialização de um risco.

Contexto Interno

Consiste no próprio ambiente interno da Companhia, tendo como base a cultura organizacional, processos, estrutura e estratégias da Companhia, nos seguintes níveis, mas não limitado a: (a) cultura; (b) normas, diretrizes e modelos adotados pela Companhia; (c) governança, estrutura organizacional, funções e responsabilidades; (d) políticas, objetivos e estratégias implementadas para atingi-los; (e) capacidades, entendidas em termos de recursos e conhecimento (por exemplo, capital, tempo, pessoas, processos, sistemas e tecnologias); (f) sistemas de informação, fluxos de informação e processos de tomada de decisão (formais e informais); (g) relações com as partes interessadas internas, e suas percepções e valores; e (h) relações contratuais.

A atenção aos contextos interno e externo pode ajudar a garantir que a gestão de riscos seja apropriada às circunstâncias, à Companhia e aos riscos que verdadeiramente impactam em relação ao real alcance dos seus objetivos estratégicos.



Etapa 2: Identificação dos Riscos

A abordagem de identificação de Riscos é *top-down*, partindo de entrevistas com os principais executivos das unidades de negócio, tendo em vista os principais processos pelos quais são responsáveis.

O produto gerado nessa etapa é uma lista abrangente de riscos baseada nos Eventos que possam identificar vulnerabilidades e ameaças que coloquem em risco a realização dos objetivos estratégicos da Companhia.

Nesta etapa também deve ser definido o dono e o responsável por cada um dos riscos identificados (Proprietário do Risco), assim como uma descrição que orientará as próximas etapas do mapeamento.

Ainda nesta etapa, são mapeados todos os riscos associados às atividades da Companhia, estejam estes sob seu controle ou não.



Etapa 3: Análise dos Riscos

A partir da conclusão da Etapa 2 de identificação dos riscos, estes são analisados de forma detalhada, com o objetivo de obter maior clareza e respaldo qualitativo e quantitativo que gerem variáveis que irão auxiliar na classificação dos riscos para que a Companhia possa atuar de forma mais assertiva em seus planos de ação e na priorização desses riscos identificados.

Nesta etapa, são definidos, dentre outros, as causas ou fatores de riscos, bem como os seus possíveis efeitos em caso de materialização de um determinado Evento. Além disso, a Companhia realiza a classificação dos fatores agravantes de cada um dos riscos identificados para assegurar a assertividade de seus controles.

Dessa forma, são levantadas informações com o objetivo de obtenção de dados que possam descrever a probabilidade e impactos dos riscos identificados, gerando assim uma matriz qualitativa para descrever de forma executiva o universo de riscos com base nas suas classificações. Dentro da matriz qualitativa, os riscos são classificados de acordo com os seguintes critérios:

IMPACTO	ASPECTOS QUANTITATIVOS	VULNERABILIDADE	ASPECTOS QUALITATIVOS
EXTREMO	- Perdas financeiras que podem comprometer a rentabilidade do negócio (acima de 20% da receita); - Perda de clientes chave ou <i>market share</i> ; - Pagamento de multas elevadas ou penalidades severas com impacto na imagem e reputação da empresa; - Perda de grandes investimentos ou retorno muito abaixo do esperado	EXTREMA	As linhas de defesa da organização são insuficientes para minimizar o risco, em função da ausência de controles chave ou recorrência de problemas
ALTO	- Perdas financeiras significativas (entre 11% e 20% da receita); - Perda de clientes ou de um grande número de transações; - Pagamento de multas elevadas ou penalidades severas; - Perda de grandes oportunidades de negócios ou investimentos com prazo indefinido de retorno	ALTA	As linhas de defesa da organização são insuficientes para minimizar o risco, em função da ineficácia de controles existentes, ou recorrência de problemas.
MÉDIO	 Perdas financeiras consideráveis (entre 5% e 10% da receita); Insatisfação de clientes podendo resultar em perda de transações; Pagamentos de multas ou de outras penalidades; Perda de oportunidade de negócio; Descumprimento de procedimentos internos, leis e regulamentações 	MÉDIA	Os controles existentes não operam de forma padronizada ou são ineficientes e podem não minimizar o risco
BAIXO	 Perdas financeiras imateriais (abaixo de 5%); Insatisfação de clientes; Pagamentos de multas ou outras penalidades de pequena relevância. 	BAIXA	Os controles existentes minimizam os riscos

Assim, a análise de riscos envolve desenvolver a compreensão dos riscos mapeados na Etapa 2. A partir dessa compreensão, chega-se à Etapa 4 de Avaliação de Riscos e à tomada de decisões sobre quais tratamentos a serem adotados, bem como sobre quais estratégias e métodos mais adequados para o seu gerenciamento.



Etapa 4: Avaliação dos Riscos

Os riscos mapeados e analisados são avaliados de acordo com seus potenciais impactos de materialização para a realização dos objetivos da Companhia.

Nesse sentido, a administração da Companhia, proprietários dos riscos e líderes de processos avaliam em conjunto os Eventos dentro das perspectivas de probabilidade, frequência e impactos. No processo de avaliação dos riscos, buscam-se variáveis para combinar métodos qualitativos e quantitativos. Dessa forma, são consideradas, dentre outras, variáveis para classificação de impactos que auxiliam na melhor classificação dos riscos, utilizando o gradiente de extremo, alto, médio e baixo para cada variável.

Por fim, combinando todas as variáveis de avaliação, é definida a criticidade dos Riscos identificados, o que permite a construção de um mapa de priorização, partindo dos riscos de maior exposição para os de menor exposição.

Esse mapa auxilia a Companhia e as suas unidades de negócio a obter maior grau de alinhamento do planejamento estratégico com o nível aceitável de apetite a riscos da Companhia.

Nesse sentido, a Etapa 4 é crucial no auxílio na tomada de decisões pela administração da Companhia quanto aos riscos que devem ou não ser priorizados.

Ainda, anualmente é realizada uma avaliação geral dos riscos da Companhia, liderada pelo Conselho de Administração, com participação da Diretoria e dos membros do Comitê de Auditoria, por meio de reuniões e entrevistas, cujo objetivo é realizar o diagnóstico da estrutura da Companhia, identificar os Riscos, definir a priorização no tratamento dos riscos identificados, elaborar novo mapa de riscos, definir a estratégia do gerenciamento de riscos e, consequentemente, os recursos humanos e financeiros necessários para operacionalizar a estrutura de gestão de riscos da Companhia.

Contudo, apesar da periodicidade da avaliação geral descrita acima, o mapa de riscos é passível de ajustes a qualquer momento (exclusão, modificação e adição de riscos e prioridades), caso sejam observadas mudanças na realidade da Companhia que assim justifique tal adaptabilidade.



Etapa 5: Tratamento de Riscos

A fase de tratamento de riscos envolve identificar os dispositivos de controle existentes dentro do processo para análise de efetividade desses controles como medidas de prevenção e como fatores redutores do grau de exposição (Fator Mitigatório), com o objetivo de se chegar ao risco residual.

Para os processos que requerem maior grau de efetividade dos controles ou que não possuem fatores de mitigação efetivos, o risco será tratado pela área de gestão de riscos e controles internos em conjunto com a área responsável pela 1ª linha de defesa desse risco, por meio da implementação de um ou mais planos de ação que visem mitigar a exposição ao risco e/ou os impactos em caso de materialização de um Evento a ele associado.

Para cada plano de ação, são atribuídos responsáveis e os cronogramas de implementação para garantir a eficácia e eficiência dos planos e assim reduzir o nível de risco residual.



Nesse processo, as ações para tratamento de Risco que podem ser tomadas pela Companhia são:

- → Evitar: não correr os riscos, determinando a descontinuação das atividades que os geram, sejam eles decorrentes da produção de um bem específico, da manutenção de uma linha de negócios ou de processos da empresa. Essa alternativa deve ser aplicada quando não houver alternativa viável ou suficiente para reduzir o impacto ou a probabilidade de ocorrência de risco que possa ter consequências relevantes e/ou irreversíveis, justificando sua descontinuação.
- → <u>Aceitar</u>: não adotar nenhuma providência para reduzir a probabilidade ou o impacto do risco. Essa alternativa deve ser aplicada quando o custo do gerenciamento/mitigação não compensar, se comparado com o impacto assumível, dentro do nível aceitável de apetite a risco definido pela Companhia. Nesse caso, o risco deverá ser monitorado continuamente, para garantir novo tratamento adequado caso haja mudança na situação que possa aumentar o impacto e/ou probabilidade do risco gerando a alteração de sua criticidade.
- → <u>Eliminar</u>: adotar ações que altere ou elimine um processo ou um projeto, protegendo os objetivos do negócio dos impactos de um determinado risco.
- → <u>Reduzir ou mitigar</u>: determinar medidas para reduzir a probabilidade de concretização do risco e/ou seu impacto em caso de concretização. Essa alternativa deve ser aplicada quando a redução da probabilidade ou do impacto forem suficientes para tornar o risco assumível, segundo o apetite a riscos da Companhia.
- → <u>Compartilhar e /ou Transferir</u>: adotar ações que reduzam a probabilidade e/ou o impacto do risco pela transferência total ou pelo compartilhamento de uma parte do risco com terceiros, seja por meio de seguros, *hedge*, associações, terceirização de atividades e outros.

Ao optar por uma determinada ação no processo de tratamento do risco, os executivos e gestores responsáveis devem analisar o custo benefício da ação, considerando os custos envolvidos, esforços e implementação, bem como estudar os benefícios decorrentes da ação no âmbito financeiro, legal e reputacional, entre outros. O plano de tratamento deve identificar a ordem de prioridade em que cada tratamento deva ser implementado.

Após determinar em conjunto com as áreas responsáveis e/ou afetadas as estratégias de tratamento a serem adotadas, o plano de ação será documentado e comunicado às áreas envolvidas, para assegurar a efetivação tempestiva das medidas determinadas.

A área de Gestão de Riscos e Controles Internos irá dar suporte às áreas na elaboração dos planos de ação para que corrijam as falhas de controle identificadas na causa raiz e mitiguem os riscos identificados.



Etapa 6: Monitoramento

Os processos de monitoramento da Companhia têm como finalidade garantir que os controles dos riscos sejam eficazes e eficientes em sua implementação, com a obtenção dos resultados pretendidos e estratégias desenhadas pela administração e pelas linhas de defesa.

Por meio do processo de monitoramento, é possível obter informações que poderão melhor balizar as fases de avaliação de riscos, análise de Eventos, mudanças, tendências, sucessos e fracassos, detecção de mudanças nos contextos interno e externo, e identificação dos riscos emergentes. Os resultados do monitoramento devem ser registrados e reportados aos responsáveis pela Gestão de Riscos e Controles Internos na Companhia.

Nesse cenário o monitoramento de riscos está constituído em um ciclo dinâmico e contínuo, sendo fundamental para garantir de forma tempestiva, preventiva e reativa ações que auxiliem em minimizar impactos em caso de materialização dos riscos.

O monitoramento deve ser realizado pela 1ª Linha de Defesa, buscando avaliar de forma contínua a eficácia de seus controles e a melhoria no gerenciamento de seus Riscos. As áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance (2ª Linha de Defesa) apoiarão as áreas de negócio no monitoramento dos riscos, com o objetivo de contribuir para o atingimento dos objetivos e metas da Companhia.

Assim, os colaboradores envolvidos em cada área devem ter a capacidade e competência para identificar, avaliar, priorizar, monitorar e gerir os Riscos de sua responsabilidade, considerando todas as mudanças dentro do ambiente interno e externo da Companhia, para que possam obter maior grau de controle dos seus processos e, consequentemente, para que possam atingir os objetivos firmados ao longo da gestão de riscos.

O processo de monitoramento está também atrelado à implementação dos planos de ação, os quais serão elaborados e colocados em prática pelas unidades de negócio de acordo com as responsabilidades e periodicidade definidas pelos donos dos Riscos e pelas áreas de Auditoria Interna e Gestão de Riscos e Controles Internos da Companhia.



Etapa 7: Comunicação

Os Riscos devem ser comunicados de forma clara e objetiva, com todas as informações relevantes possíveis, a todas as partes afetadas e/ou responsáveis, e, principalmente, às partes responsáveis pela determinação e efetivação das medidas para seu tratamento.

Igualmente, uma vez determinadas as medidas a serem adotadas para tratamento dos riscos, essas deverão ser comunicadas de forma precisa e célere às áreas responsáveis pela implementação das medidas determinadas.

iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de Riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia considera a atuação conjunta dos órgãos de governança corporativa e de gestão, de acordo com o conceito das três linhas de defesa, conforme competências descritas abaixo:

1a Linha de Defesa (Liderança - front e back offices)

→ Contempla a Gestão Operacional, representada pelas diretorias, gerências e demais colaboradores das unidades de negócio que atuam diretamente nas operações e tarefas do dia a dia.

- → Os colaboradores que atuam na 1ª Linha de Defesa possuem propriedade sobre os riscos e são os responsáveis por implementar as ações corretivas com o objetivo de resolver as deficiências de controle e de processos, mitigando os riscos relacionados às atividades por eles exercidas.
- → Esses colaboradores desempenham papel crucial no relacionamento com a 2ª Linha de Defesa durante o processo de identificação de mapeamento de Riscos, bem como no processo de execução dos planos de ação definidos pela área de Gestão de Riscos e Controles Internos ou pela área de Auditoria Interna.
- → Os gestores são responsáveis por gerir os riscos inerentes aos processos sob sua responsabilidade a partir da identificação, avaliação, monitoramento e tratamentos desses riscos, com a participação das demais áreas a serem envolvidas, conforme divisão de competências prevista na Política de Gestão de Riscos.
- → Reporte à 2ª Linha de Defesa (área de Gestão de Riscos e de Controles Internos) sobre os riscos inerentes às atividades exercidas pela 1ª Linha de Defesa que ainda não estejam cobertos por controles que mitiguem sua probabilidade de ocorrência e/ou impacto.
- → Implementação e monitoramento dos planos de ação para tratamento das deficiências identificadas nos respectivos processos.
- → Reporte da ocorrência de materialização dos riscos para a 2ª Linha de Defesa (área de Gestão de Riscos e Controles Internos) de imediato para tratamento e elaboração dos planos de ação.

2ª Linha de Defesa (áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance)

- → A 2ª Linha de Defesa possui um status de prevenção em relação aos riscos, com ênfase em controles internos e compliance das leis e regulamentos aplicáveis à Companhia, como também em relação aos aspectos de controladoria, com o monitoramento dos riscos financeiros e questões de reporte financeiro.
- → Deve orientar, monitorar e avaliar a aderência aos padrões e políticas definidas e dar suporte à 1ª Linha de Defesa para atingir os objetivos estabelecidos pela Companhia.
- → Deve assessorar a 1ª Linha de Defesa nos aspectos de controles internos, procedimentos, normas, e apoiar as políticas de gestão, definir papeis e responsabilidades, identificar mudanças de apetite a risco da Companhia, auxiliar a construção de processos, controles e procedimentos.
- → Facilitação, comunicação e monitoramento das práticas de Gestão de Riscos e auxílio na identificação de riscos segundo o apetite a riscos estabelecido pela administração.
- → Avaliação da vulnerabilidade do ambiente de controles dos processos da companhia através dos testes de efetividade.
- → Monitoramento da implementação dos planos de ação para as falhas identificadas.

3ª Linha de Defesa (área de Auditoria Interna)

- → Fornece à administração e aos órgãos de governança da Companhia, através do Comitê de Auditoria, avaliações estruturadas dos riscos mapeados, com base nos eventos e consequências relacionados, de forma independente e com objetividade dentro da Companhia.
- → De forma detectiva, provê avaliações sobre o status da governança, dos controles internos estruturados e de que forma este cenário impacta os objetivos da Companhia, tendo no seu escopo a avaliação de eficiência e eficácia da operação, salvaguarda de ativos, confiabilidade de informações, integridade dos processos, aderência em relação a leis, regulamentos, políticas e procedimentos, e análise dos processos das áreas de negócio e de apoio da Companhia.
- → Elaboração do planejamento da gestão de riscos, juntamente à área de Gestão de Riscos e Controles Internos.
- → Elaboração e operacionalização do plano de auditoria interno, por área da Companhia, de acordo com os riscos previamente mapeados e priorizados.
- → Avaliação da eficiência dos controles internos, com a medição do potencial impacto e probabilidade da eventual falha dos controles.



Ainda de acordo com a Política de Gestão de Riscos da Companhia, os órgãos envolvidos na sua gestão e implementação têm as seguintes competências/funções:

FUNÇÃO	RESPONSABILIDADES			
Conselho de Administração	 Estabelecer as diretrizes gerais de riscos alinhadas ao contexto de negócio e do ciclo de planejamento estratégico da Companhia; Estabelecer, através da capacidade e tolerância da Companhia, os limites aceitáveis de apetite a riscos; Avaliar, deliberar e aprovar a matriz de riscos estratégicos e priorizados, alinhados ao apetite a riscos da Companhia; Definir e revisar os critérios e estratégias da gestão de riscos; Avaliar, anualmente, a suficiência da estrutura e do orçamento da área de Auditoria Interna para o desempenho das suas funções, conforme recomendação do Comitê de Auditoria; Avaliar e deliberar sobre os reportes realizados pela Auditoria Interna, através do Comitê de Auditoria; Revisar e aprovar as definições gerais das estratégias de Gestão de Riscos; Assegurar ao Comitê de Auditoria autonomia operacional, a aprovar orçamento próprio destinado a cobrir despesas com seu funcionamento; Aprovar e modificar a Política de Gestão de Riscos, suas evoluções e revisões futuras. 			
Comitê de Auditoria	 Acompanhar as atividades da área de Auditoria Interna e da área de Gestão de Riscos e Controles Internos da Companhia; Avaliar e monitorar as exposições a Riscos da Companhia; Propor ao Conselho de Administração as definições e diretrizes para compor o modelo de Gestão de Riscos da Companhia; Propor ao Conselho de Administração os níveis de tolerância para exposição aos Riscos; Acompanhar e apoiar o processo de Gestão de Riscos na definição dos Riscos priorizados alinhados ao contexto de negócio e as diretrizes do Conselho de Administração; Supervisionar as atividades de gestão de riscos seguindo o cumprimento das legislações vigentes e das políticas, normas e procedimentos internos da Companhia; Avaliar, monitorar e informar periodicamente o Conselho de Administração sobre os Riscos priorizados identificados pelas revisões dos Proprietários dos Riscos no processo de Gestão de Riscos, auxiliando na avaliação dos planos de ação e elaboração de recomendações; Avaliar, aprovar e acompanhar a execução do tratamento e monitoramento dos riscos; Avaliar, aprovar e recomendar à Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia; 			

	Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras
	anuais da Companhia;
	Levar ao Conselho de Administração, para deliberação, os reportes realizados pela Auditoria Interna; Conselho de Administração, para deliberação, os reportes realizados pela Auditoria Interna;
	 Fazer recomendações, anualmente, ao Conselho de Administração, sobre a suficiência da estrutura e do orçamento da área de Auditoria Interna; e
	Conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, garantir que esteja em
	funcionamento o canal para recebimento de denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à Companhia e possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive estabelecer procedimentos específicos para proteção do denunciante e da confidencialidade da informação.
Diretoria Executiva	 Promover a integração e a cultura de Riscos na Companhia e nos ciclos de gestão e de planejamento estratégico;
	 Garantir a implantação de um modelo eficiente de Gestão de Riscos, alinhado aos objetivos e metas da Companhia. Aplicar as diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração para atribuir o nível de Apetite a Riscos aceitável para a Companhia;
	 Acompanhar os Riscos gerenciados no nível de cada processo e garantir a efetividade das medidas de Controle;
	 Participar dos rituais de validação e priorização dos Riscos da Companhia junto ao Comitê de Auditoria;
	 Avaliar e monitorar o Tratamento dos Riscos alinhado à execução do planejamento estratégico da Companhia;
	Avaliar, tempestivamente, a eficácia e a aplicabilidade das diretrizes desta Política;
	Avaliar e apoiar as adequações da estrutura destinada ao processo de gerenciamento de Riscos,
	considerando recursos humanos, financeiros e tecnológicos; e
Áras da Camplianas	Monitorar, avaliar e supervisionar as atividades da 1ª e da 2ª Linha de Defesa. Orientar a apólica da Diseas da compliance da mada a mitigar passívais Diseas da corrupção frauda.
Àrea de Compliance	 Orientar a análise de Riscos de compliance, de modo a mitigar possíveis Riscos de corrupção, fraude, conflitos de interesses e mídia negativa, assegurando o cumprimento de leis e regulamentos anticorrupção vigentes, conforme a matriz de riscos priorizados;
	 Monitorar as análises de Riscos realizadas com base no grau de classificação de Riscos;
	 Auxiliar na elaboração e adequação das normas, políticas e procedimentos de forma a reduzir a exposição aos Riscos do negócio; e
	Disseminar a cultura de Compliance, através de treinamentos e comunicações assegurando o
	cumprimento de leis e regulamentos existentes e de normas internas, procurando mitigar os Riscos identificados.
Área de Gestão de Riscos e	Mapeamento de Riscos e implementação de Controles;
Controles Internos	Revisão dos Controles junto às áreas de negócio;
	Realização dos testes de avaliação da eficiência da Gestão de Riscos;
	 Apoiar as demais áreas na implementação dos Planos de Ação e na remediação de pontos identificados no processo de Gestão de Riscos;
	Atendimento à auditoria externa;
	Auxiliar na elaboração de normas, políticas e manuais de procedimento;
	 Mapear e avaliar aderência às Normas e Procedimentos e adequar os processos para as melhores práticas de mercado;
	Fazer acompanhamento e controle de follow-up dos principais aspectos reportados (Auditoria Interna,
	Controles Internos e Gestão de Riscos);
	Apoiar as demais áreas nas melhorias de Controles e processos.

PÁGINA: 10 de 79

Líderes das áreas de apoio e	Identificar, classificar e gerenciar os Riscos das respectivas áreas de acordo com as estratégias de
de negócio (back office e	mitigação, em conjunto com a área de Controles Internos;
front office)	 Indicar o profissional que responderá como facilitador Gestão de Risco junto à área de Controles Internos;
	 Prestar contas dos níveis de exposição, dos Planos de Ações e dos indicadores que descrevem o status dos Riscos aos quais seja responsável;
	 Deter o conhecimento técnico dos processos no qual os Riscos estão inseridos;
	 Ser o responsável pela atualização das informações do mapeamento e tratamento dos Riscos da sua unidade de negócio;
	 Manter as informações atualizadas tempestivamente, respeitando o calendário de planejamento do ciclo de Gestão de Riscos;
	 Monitorar o status dos Planos de Ação junto aos responsáveis pela implementação dos dispositivos de Controles.
Área de Auditoria Interna	 Aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, Controle e governança da Companhia;
	 Identificar e apontar oportunidades de melhorias nos processos de Controle Internos e de Gestão de Risco;
	Reportar periodicamente ao Comitê de Auditoria, órgão ao qual a área de Auditoria Interna se vincula
	funcionalmente, e aos seus clientes auditados os resultados de avaliações independentes, imparciais
	e tempestivas sobre a efetividade da Gestão de Riscos na Companhia;
	Elaborar o planejamento e assegurar a operacionalização da Gestão de Riscos;
	 Elaborar e operacionalizar o plano de Auditoria Interna, por setor da Companhia, de acordo com os riscos previamente mapeados e priorizados
	 Avaliar a eficiência dos Controles Internos, com a medição do potencial impacto e probabilidade de
	eventual falha dos Controles;
	Avaliar e propor estratégias de Controle; e
	Apoiar as áreas nas melhorias de Controles e processos internos.
Todos os colaboradores	 Assegurar a operacionalização da Gestão de Riscos, fazendo parte do processo de identificação,
	avaliação e mensuração, e implementando ações preventivas e corretivas;
	 Participar de treinamentos que permitam a disseminação, de forma consciente, da cultura de Gestão
	de Riscos.

c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Considerando a Política de Gestão de Riscos da Companhia, bem como as atribuições de cada um dos órgãos envolvidos no processo de identificação, mapeamento e mitigação de riscos descritos nos itens anteriores, a administração da Companhia entende que a atual estrutura operacional e de controles internos e gestão de riscos são adequadas para a verificação da efetividade da Política de Gestão de Riscos e se encontra preparada para prevenir e detectar fraudes e erros. A Companhia está constantemente buscando aprimorar os processos de controles e gestão de riscos, sempre visando à segurança e mitigação de riscos. Os procedimentos de controles internos e de gestão de riscos são ajustados e adaptados à medida que se julgue necessário.

PÁGINA: 11 de 79

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção são gerenciados internamente por sua Diretoria Financeira. No entanto, a Companhia não possui uma política específica que trata do gerenciamento de riscos de mercado aprovada, uma vez que adota práticas como a diversificação de clientes, que entende serem suficientes para gerenciamento de seus riscos de mercado. Adicionalmente, a Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos que abrange todos os processos, áreas e colaboradores e contém diretrizes em relação ao processo gerenciamento de riscos, a identificação, tratamento e mitigação dos riscos a que a Companhia está exposta.

A Política de Gestão de Riscos foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de fevereiro de 2021.

- b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:
 - i) Os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia não possui política de gerenciamento de riscos de mercado formalizada. Aplicam-se ao gerenciamento de riscos do mercado os mesmos princípios, diretrizes e responsabilidades detalhados na Política de Gestão de Riscos

Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção estão relacionados a todo e qualquer evento decorrente de incertezas ao qual a Companhia está exposta e que possa impactar negativamente o alcance dos objetivos e de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico de longo prazo. Dentre tais riscos, estão incluídos os riscos mencionados no item 4.2 deste Formulário de Referência, quais sejam: risco de taxa de juros, risco de taxa de câmbio, risco de crédito e risco de liquidez.

Para mais informações sobre riscos de mercado, ver item 4.2 deste Formulário de Referência.

A Companhia tem como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, buscando preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos para cobrir o risco de oscilações com taxas de juros ou taxas de câmbio, porém monitora continuamente tais taxas, a fim de observar a eventual necessidade de contratação desses instrumentos.

Além disso, para mitigar seu risco de liquidez, a Companhia busca manter disponibilidade em caixa e linhas de crédito, para o cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar sua reputação. A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos a fim de cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

PÁGINA: 12 de 79

ii) A estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia administra seus instrumentos financeiros por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não possui atualmente instrumentos financeiros para proteção patrimonial (*hedge*) diferentes da diversificação de clientes e geografias via exportação de produtos e serviços.

iii) Os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não possui atualmente instrumentos financeiros para proteção patrimonial (hedge).

Entretanto, a Companhia busca obter um *hedge* natural para parte de suas atividades através de aumento das vendas no mercado internacional para mitigar o custo oriundo da aquisição de componentes importados utilizados no seu processo de produção.

iv) Os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, as taxas de câmbio, bem como as informações disponíveis acerca das instituições financeiras com as quais mantêm relacionamento.

V) Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*), entretanto possui *hedge* parcial por ser exportadora de bens e serviços.

vi) A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de risco de mercado

A Companhia não possui uma área específica em suas estruturas organizacionais exclusivamente dedicada ao controle de gerenciamento de riscos de mercado. No entanto, é de responsabilidade da Diretoria Financeira o acompanhamento regular de suas operações, de forma a identificar a eventual necessidade de proteção e, se for o caso, tomar as providências para mitigação dos riscos, levando em consideração a relação custo versus benefício da utilização de instrumentos para proteção.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Tendo em vista que a Companhia não possui uma política específica para gerenciamento dos riscos de mercado formalizada, não há atualmente qualquer estrutura implementada para verificação da efetividade da política.

PÁGINA: 13 de 79

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

Por muitos anos, a Companhia atuou como uma empresa de investimentos "venture capital" que buscava investir em companhias com alto e rápido potencial de crescimento do setor de Tecnologia, Mídia e Telecomunicações ("TMT") no Brasil. Devido à natureza de seu negócio, a Companhia sempre esteve em constante análise para adotar as melhores práticas de governança corporativa. Em função disso, seus controles internos sempre estiveram diretamente afetados por aqueles de suas sociedades investidas.

A Companhia segue processos internos que garantem o adequado fechamento contábil e o fluxo de informações, contendo as práticas e políticas contábeis vigentes, cronograma, fluxograma e checklist de atividades e pacote de divulgações.

Dentre as práticas de controles internos adotadas, a Companhia destaca alguns pontos:

- Gerenciamento de riscos corporativos;
- Instituição de políticas corporativas relevantes de compliance e controles internos;
- Aprimoramento do compliance anticorrupção;
- Disponibilização de Canal de Denúncias, com aprimoramento contínuo; e
- Estrutura de Auditoria Interna, com escopo de atuação baseado na Política de Gestão de Riscos da Companhia, com reporte periódico ao Conselho de Administração, em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa.

Em relação a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia elabora suas demonstrações financeiras com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), incluindo a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A Companhia revisa suas práticas conforme necessidade, com o objetivo de aperfeiçoar os níveis de controle da organização. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui práticas de controles internos baseados em premissas do *Internal Control – Integrated Framework* emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO* e NBR-ISO 31000, com o objetivo de prezar pelo monitoramento eficiente e adequado do ambiente de controles internos, com base nos seus processos operacionais e financeiros.

A avaliação da estrutura de controles internos tem por objetivo fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações financeiras para divulgação externa.

Nesse sentido, os controles internos da Companhia sobre a preparação das demonstrações financeiras incluem as políticas e procedimentos que, no entendimento da Companhia:

- (i) se relacionam à manutenção dos registros que refletem precisa e adequadamente as transações e a alienação dos ativos da Companhia;
- (ii) fornecem segurança razoável de que as transações são registradas de forma a permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e que os recebimentos e pagamentos da Companhia estão sendo feitos somente de acordo com autorizações da administração da Companhia;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(iii) fornecem segurança razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou alienação não autorizados dos ativos da Companhia que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

A Companhia reafirma seu compromisso com o desenvolvimento de processos e controles internos e matriz de riscos de forma a documentar as principais atividades e tarefas de cada área, notadamente nas áreas apontadas pela auditoria independente e pelo Conselho Fiscal, quando instalado.

O gerenciamento de riscos e controles internos relacionados à elaboração das demonstrações financeiras é realizado através da área de Controles Internos, parte da estrutura de Controladoria da Companhia, por meio de informações recebidas e das análises de resultados apresentados em reuniões com os diretores.

Adicionalmente, a Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. Todos os controles chaves da Companhia são mapeados para mitigar riscos e validados periodicamente.

A Companhia trabalhou ao longo de 2020 para atender e sanar os pontos levantados pelos seus auditores independentes no relatório do exercício anterior.

b) As estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura organizacional segue o modelo das três linhas de defesa (conforme também descrito no item 5.1, subitem "iii"), tendo uma parte significante da estrutura organizacional envolvida nas atividades de Controles Internos.

A área de Controladoria da Companhia se reporta para a Diretoria Financeira. A Controladoria é responsável por atuar de forma objetiva por meio de controle dos processos e avaliação do impacto que eventual falha de controle possa prejudicar à elaboração das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria da Companhia é responsável, dentre outras atribuições, por supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar a sua independência e a qualidade dos serviços prestados, bem como acompanhar as atividades das áreas de auditoria interna e de controles internos da Companhia.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo acompanhamento.

A Auditoria Interna, que se reporta ao Comitê de Auditoria e possui autonomia de atuação, tem a responsabilidade de avaliar o grau de eficiência dos controles internos da Companhia.

A Auditoria Interna revisa periodicamente os processos da Companhia, avaliando os riscos operacionais destes processos, além de manter uma matriz de riscos e controles das áreas de negócio e da administração, a qual é submetida periodicamente a testes dos referidos controles destacados em matriz e com as devidas validações e pontos de ajustes realizados pelas áreas da Companhia, em um processo de monitoramento e melhoria contínua.

Vale salientar, ainda, conforme a descrição de linhas de defesa, que a supervisão da eficácia dos controles internos da Companhia é também realizada e defendida pelas demais áreas da Companhia, que validam, revisam e atuam conforme os processos estabelecidos e disponibilizados pela Companhia.

PÁGINA: 15 de 79

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Em relação ao exercício de 31 de dezembro de 2020, na opinião dos auditores independentes da Companhia, não foram identificadas deficiências significativas nos controles internos.

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

A Companhia não apresentou deficiência significativa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

PÁGINA: 16 de 79

a. se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia possui práticas e procedimentos de integridade que têm como objetivo a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. A fim de consolidar todas as práticas adotadas, a Companhia as formalizou em seu Código de Ética e Conduta (conforme descrito abaixo). Essas normas internas voltadas à integridade reúnem um conjunto de mecanismos e procedimentos internos utilizados na prevenção, detecção e combate a desvios de conduta e descumprimento da legislação aplicável, tais como fraudes e corrupção.

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia, por meio do Conselho de Administração, aprovou em 23 de fevereiro de 2021, uma revisão em seu Código de Ética e Conduta, que pauta as condutas esperadas de todos os colaboradores da Companhia, incluindo, membros do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, membros do Conselho Fiscal, quando instalado, Diretores, empregados e estagiários da Companhia e suas controladas, assim como terceiros contratados e qualquer pessoa agindo em seu nome, interesse e/ou benefício da Companhia. O Código de Ética e Conduta prevê os princípios e valores da Companhia, além das regras e diretrizes que devem ser observadas na condução dos negócios da Companhia, respeitando as diferenças individuais, a legislação, os princípios éticos e sua cultura organizacional, evidenciando, portanto, o compromisso da Companhia com a disseminação de uma cultura de honestidade, boas práticas de gestão e a constante promoção de um ambiente corporativo transparente e ético.

Ademais, a Companhia adota Políticas, Práticas e Procedimentos de integridade, para aproximar tal conceito ao diaa-dia de seus colaboradores, e garantir sua observância, como Procedimento para Gestão de Terceiros, Política Anticorrupção e de Relacionamento com Setor Público, Política de Doações, Patrocínios e Hospitalidades, Política de "Caixinha", Viagem e Reembolsos, dentre outros.

Nesse sentido, a Companhia promove o cumprimento de todas as leis municipais, estaduais, federais e internacionais vigentes e aplicáveis ao seu negócio, nos contratos e convênios estabelecidos com o poder público e respeita as prescrições morais, de forma a assegurar relações transparentes, justas e profissionais, observando especialmente a Lei Brasileira nº 12.486/2013 (Lei Anticorrupção), a Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), promulgada pelo Decreto 3.678/2000, e o FCPA- Foreign Corrupt Practices Act, - Act, 15 U.S.C. §§ 78dd-1 et seq., dos Estados Unidos da América, no que for aplicável (todos diplomas conjuntamente denominados "Legislação Anticorrupção").

Os atos lesivos elencados na Legislação Anticorrupção, bem como qualquer prática de corrupção, seja de forma direta ou indireta, através de promessa, suborno, autorização ou oferta em nome da empresa de qualquer natureza ou mediante pagamento de propina a agente ou servidor do governo, partido político, candidato a mandato político ou qualquer outra pessoa, são atitudes repudiadas e proibidas pela Companhia. Entende-se por agente do governo qualquer pessoa que atue em função oficial em nome de um governo, agência, departamento da Administração Pública, nacional ou estrangeira.

O Código de Ética e Conduta da Companhia também dispõe que cabem a todos os membros do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, membros do Conselho Fiscal, quando instalado, Diretores, empregados e estagiários da Companhia e de suas controladas, assim como aos terceiros contratados e qualquer pessoa agindo em seu nome, interesse e/ou benefício a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de prevenção à lavagem de dinheiro e demais fraudes, devendo todos manter-se alertas e atentos a transações não usuais, sendo certo que sempre que observarem uma transação suspeita, seja por meio de contratos com fornecedores e clientes ou na própria atividade da empresa, devem relatá-la imediatamente ao seu superior ou ao Comitê de Ética da Companhia.

Os colaboradores que estiverem envolvidos em quaisquer práticas de lavagem de dinheiro ou qualquer outra prática de cunho ilegal, como por exemplo corrupção, recebimento de propina, fraude, entre outros, serão devidamente responsabilizados penal e administrativamente por suas ações.

PÁGINA: 17 de 79

Por fim, o Código de Ética e Conduta da Companhia é orgânico, portanto, está em constante desenvolvimento, de modo que quaisquer alterações necessárias serão avaliadas periodicamente pelo Comitê de Ética e pelo Conselho de Administração.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia conta com um *Compliance* Officer para atuar no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade.

A Companhia possui também um Comitê de Ética, órgão não estatutário colegiado da Companhia, de caráter independente e permanente, que tem como propósito avaliar, acompanhar e apurar as denúncias, questões e dúvidas que envolvem aspectos e valores éticos e de conduta da Companhia, dos membros do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, membros do Conselho Fiscal, quando instalado, Diretores, empregados e estagiários da Companhia e de suas sociedades controladas, assim como terceiros contratados e qualquer pessoa agindo em nome, interesse e/ou benefício da Companhia ou de suas controladas, a fim de suportar as medidas e decisões tomadas pelo Conselho de Administração e e, quando for o caso, pela Diretoria.

O Comitê de Ética tem como atribuição apurar com rigor e imparcialidade quaisquer denúncias, questões e dúvidas relacionadas ou decorrentes do Código de Ética e Conduta da Companhia realizadas por meio dos Canais de Diálogo (em especial, o Canal de Denúncia) disponibilizados pela Companhia, incluindo aquelas relacionadas a supostas violações da Legislação Anticorrupção.

Nesse contexto, compete ao Comitê de Ética:

- (a) Garantir a observância, a consistência e o cumprimento dos princípios éticos estabelecidos na legislação aplicável, nas normas internas da Companhia e em seu Código de Ética e Conduta;
- (b) Revisar o Código de Ética e Conduta e recomendar alterações ao Conselho de Administração, sempre que necessário:
- (c) Esclarecer questionamentos e dúvidas relacionados ao Código de Ética e Conduta;
- (d) Receber quaisquer denúncias ou queixas, oriundas de pessoas internas ou externas ao Grupo Padtec, realizadas por meio dos Canais de Diálogo disponibilizados pela Companhia;
- (e) Respeitar a integridade dos envolvidos na denúncia ou na queixa e, sempre que solicitado, manter o sigilo do denunciante, bem como o direito ao contraditório e ampla defesa do denunciado;
- (f) Estabelecer as providências necessárias e adequadas para a investigação das denúncias ou queixas recebidas por meio dos Canais de Diálogo disponibilizados pela Companhia;
- (g) Apurar, de forma imparcial, toda e qualquer denúncia ou queixa apresentada pelo denunciante através dos Canais de Diálogo disponibilizados pela Companhia;
- (h) Fornecer orientações sobre conflitos que não estejam previstos no Código de Ética e Conduta da Companhia;
- (i) Fornecer orientações para quaisquer questões que envolvam o cumprimento de obrigações ético-legais pela Companhia, pelos membros do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, membros do Conselho Fiscal, quando instalado, Diretores, empregados e estagiários do Grupo Padtec, assim como por terceiros contratados e qualquer pessoa agindo em nome do Grupo Padtec; e

PÁGINA: 18 de 79

(j) Elaborar relatórios, pareceres e/ou recomendações sobre as denúncias e queixas recebidas e apresentá-los oportunamente ao Conselho de Administração, e ocasionalmente à Diretoria, conforme a necessidade de envolvimento desse órgão. Tais relatórios podem conter recomendações para providências a serem tomadas pela Companhia.

Por sua vez, o *Compliance Officer* será responsável pelo tratamento de dúvidas, dilemas éticos e situações não previstas no Código de Ética e Conduta, bem como pela análise do caso concreto de descumprimento ou violação do Código de Ética e Conduta e de seus princípios, sendo que a aplicação de eventuais sanções e medidas cabíveis deverão ter a validação do Departamento Jurídico.

Além disso, compete ao Compliance Officer, também na qualidade de Secretário do Comitê de Ética:

- (a) Solicitar à administração da Companhia as informações e/ou esclarecimentos considerados necessários ao desempenho das funções do Comitê de Ética;
- (b) Manter em arquivo os registros, documentos e evidências correspondentes às denúncias e queixas recebidas pelos Canais de Diálogo disponibilizados pela Companhia;
- (c) Secretariar os trabalhos do Comitê de Ética, redigir relatórios e pareceres sobre as denúncias e queixas recebidas pelos Canais de Diálogo e lavrar as atas das reuniões do Comitê;
- (d) Apresentar, de forma ordinária, um relatório das ocorrências e atividades do Comitê de Ética ao Conselho de Administração, em periodicidade trimestral; e
- (e) Apresentar, eventualmente com a participação dos demais membros do Comitê de Ética, a apuração de casos de maior gravidade (como fraudes, ações inidôneas de membros da Diretoria) ao Conselho de Administração, com relatórios, pareceres e/ou recomendações sobre as denúncias e queixas recebidas. Tais relatórios podem conter recomendações para providências a serem tomadas pela Companhia, e serão objeto de deliberação pelo Conselho de Administração.

iii. se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia possui um Código de Ética e Conduta que apresenta as diretrizes de comportamento esperadas por parte dos colaboradores, administradores e executivos da Companhia nas suas relações internas e, entre outros, com clientes, fornecedores, com a comunidade e com órgãos públicos em geral.

Todas as demais diretrizes da Companhia, formalizadas por meio de suas políticas, igualmente se alinham e se inspiram no conjunto de valores delineados no Código de Ética e Conduta.

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Ética e Conduta é destinado a todos os colaboradores, administradores e executivos da Companhia, independentemente do nível hierárquico, localização geográfica ou funcional, assim como terceiros contratados para agir em nome, interesse e/ou benefício da Companhia.

É esperado que terceiros, tais como fornecedores e prestadores de serviço, observem os princípios éticos valorizados pela Companhia e contidos no Código de Ética e Conduta na condução dos negócios e na relação com a Companhia, seja ela de qual natureza for.

PÁGINA: 19 de 79

• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Todos os colaboradores da Companhia são cientificados e treinados a respeito do conteúdo do Código de Ética e Conduta da Companhia no momento de sua contratação, e, os administradores e executivos, no momento de sua eleição. Tanto os administradores da Companhia quanto os colaboradores devem aderir e ter acesso ao Código de Ética e Conduta mediante assinatura de Termo de Recebimento e Compromisso, manifestando desta forma o seu "de acordo" com as suas prescrições nele contidas.

Além disso, sempre que ocorrerem atualizações do conteúdo do Código de Ética e Conduta, seu conteúdo será novamente divulgado e disponibilizado para todos os administradores, colaboradores, fornecedores e prestadores de serviços da Companhia e de suas controladas.

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

O não cumprimento dos termos do Código de Ética e Conduta poderá sujeitar os colaboradores a medidas disciplinares, que incluem advertência, suspensão, demissão por justa causa e demais penalidades previstas na legislação trabalhista, independentemente de outras ações que a empresa possa adotar, seja na esfera cível, criminal e/ou trabalhista.

Na aplicação das penas disciplinares, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração, observando-se sempre as normas emitidas pela área de Recursos Humanos e a legislação aplicável.

• órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Ética e Conduta da Companhia está disponível nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.bmfbovespa.com.br) e da Companhia (www.padtec.com.br). Sua última revisão foi aprovada em Reunião de Conselho de Administração da Companhia realizada em 23 de fevereiro de 2021.

- b. se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:
- · se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

A Companhia possui canal de denúncias interno, cujas informações são captadas e disponibilizadas para tratamento pelo Comitê de Ética e Comitê de Auditoria.

• se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

A Companhia possui em seu website (https://www.padtec.com.br/canal-de-denuncia/) um formulário, disponível na área Canal de Denúncia, por meio do qual qualquer pessoa, seja colaborador ou terceiro, interna ou externa à Companhia, pode enviar comentários ou reportar violações ao Código de Ética e Conduta, inclusive anonimamente se preferir. O canal de denúncias pode ser acessado também pelo e-mail etica@padtec.com.br.

• se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

O anonimato é garantido para todas as pessoas que não queiram se identificar, mas realizam relatos sobre situações que inferem as regras de conduta ética estabelecidas pela Companhia.

· órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias

Todos os casos reportados são apurados pelo Comitê de Ética, o qual, após análise e verificação dos fatos, deverá reportar os casos ao Conselho de Administração, conforme achar relevante.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Em que pese o Código de Ética e Conduta não estabelecer diretrizes específicas a respeito de processos aplicáveis a operações de fusões e aquisições, a Companhia realiza os procedimentos usualmente aplicados neste tipo de operação, incluindo legal, financeira e *business due diligence*, com o intuito de identificar, entre outras questões a existência de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas companhias alvo.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, uma vez que a Companhia adota o Código de Ética e Conduta e a Política de Gestão de Riscos, conforme descrito nos itens anteriores, como forma de prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta. Ademais, a Companhia aprovou, em 23 de fevereiro de 2021, a Política de Gestão de Riscos e alterações pontuais no Código de Ética e Conduta, em observância e atendimento às regras de listagem do segmento Novo Mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

As informações financeiras contidas neste item 10 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e suas respectivas notas explicativas. As informações neste item 10, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em milhares de Reais).

Os comentários apresentados a seguir referem-se às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC).

Para as Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício de 31 de dezembro de 2020, foi considerada consolidação integral da Padtec S.A. a partir de 1º de junho de 2020, data em que ocorreu a incorporação de ações, conforme aprovado em AGE de 27 de abril de 2020.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para conduzir o seu plano de negócio e cumprir com as suas obrigações de curto e médio prazo.

A Administração da Companhia visa preservar uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e demais participantes do mercado, assegurando o desenvolvimento de seus negócios.

Indicadores Financeiros Consolidados (R\$ mil)	2018	2019	2020
Lucro (prejuízo) Líquido (LL)	11.302	5.439	17.211
Receita Operacional Líquida (RL)	-	-	169.293
Margem líquida=LL/RL	-	-	984%
Patrimônio Líquido (PI)	13.295	18.348	103.012
Retorno sobre PL=LL/PL	85%	30%	17%
Ativo Total (AT)	64.151	63.671	376.604
Retorno sobre ativos=LL/AT	18%	9%	5%
Ativo Circulante (AC)	6.028	4.985	290.022
Passivo Circulante (PC)	4.628	4.475	159.741
Índice de liquidez corrente=AC/PC	1,30	1,11	1,82
Capital circulante líquido =AC-PC			
Passivo Não Circulante (PNC)	46.228	40.847	113.851
Nível de alavancagem=(PC+PNC)/PL	3,8	2,5	2,7

Como pode ser verificado pelos indicadores financeiros consolidados apresentados na tabela acima, ao final do exercício de 2020 a Companhia registrou patrimônio líquido consolidado no valor de R\$103,0 milhões, devido ao aumento de capital social de R\$67,4 milhões decorrente da incorporação das ações da Padtec S.A. e a uma melhora em relação à situação patrimonial do ano anterior, devida principalmente à sua participação de 100% no resultado da investida Padtec S.A. a partir de 01 junho de 2020.

O índice de liquidez corrente, 1,82 em 2020, demonstra um equilíbrio entre ativos e obrigações de curto prazo. Em 2018 e 2019, a Companhia não apresentou receita operacional. Porém, em 2020, após a incorporação de ações da Padtec S.A e consolidação integral dessa subsidiária, a Companhia registrou receita operacional líquida de R\$169.293 milhões.

O lucro líquido consolidado de R\$17,2 milhões registrado em 2020 foi devido principalmente aos resultados auferidos pela controlada Padtec S.A. e ao recebimento de R\$ 6 milhões relativos a acordo judicial celebrado no âmbito de processos cíveis da controlada Automatos Participações.

O lucro líquido de R\$5,4 milhões auferido em 2019 foi devido principalmente à participação societária da (então) Ideiasnet na Padtec S.A., do recebimento da terceira e última parcela anual de desempenho pela venda da Moip e à reversão de provisões de contingências. Em 2018, o lucro líquido de R\$11,3 milhões foi devido principalmente à participação da Companhia no resultado da investida Padtec S.A. e ao recebimento da segunda parcela anual de desempenho pela venda da Moip. Os ganhos foram parcialmente compensados pelo prejuízo de R\$6 milhões registrado pela própria Companhia (Controladora) em conjunto com as *holdings* Ideiasventures, Automatos Participações e Chenonceau.

Devido à nova realidade advinda da pandemia do Covid 19, que nos últimos meses trouxe uma alta volatilidade, principalmente no câmbio, e das incertezas que aumentam o risco de mercado e risco de crédito de diversas contrapartes, a Administração da Companhia avalia constantemente, através da sua Comissão COVID_19, os possíveis impactos nas suas operações e na sua posição patrimonial e financeira, buscando implementar medidas apropriadas que mitiguem esses possíveis impactos da pandemia em suas atividades.

b) Estrutura de capital:

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é de R\$199,2 milhões, dividido em 78.449.779 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal.

As principais fontes de recursos para financiamento do capital de giro são provenientes de capital próprio e de linhas de financiamento. A tabela abaixo apresenta a estrutura de capital da Companhia para os três últimos exercícios sociais.

Estrutura de Capital Consolidados (R\$ mil)	2018	2019	2020
Empréstimos e debêntures de curto prazo	-	-	18.916
Empréstimos e debêntures de longo prazo	-	-	63.594
Empréstimos e debêntures totais	-	-	82.510
Fornecedores	23	152	55.832
Outros passivos	50.833	45.171	217.760
Patrimônio líquido	13.295	18.349	103.012
Passivo Total	64.151	63.672	376.604
Empréstimos e debêntures totais	-	-	22%
Fornecedores	-	-	15%
Outros passivos	79%	71%	36%
Patrimônio líquido	21%	29%	27%
Passivo total	100%	100%	100%
Empréstimos e debêntures totais			82.510
(-) Disponibilidade e instrumentos financeiros	(5.872)	(3.328)	(84.075)
= Dívida líquida (caixa líquido)	(5.872)	(3.328)	(1.565)
+ Patrimônio Iíquido	13.295	18.349	103.012
= Capitalização líquida	7.423	15.021	101.447
Dívida Iíquida/Capitalização Iíquida	-79%	-22%	-2%
PL/ Capitalização Iíquida	179%	122%	102%
Capitalização líquida	100%	100%	100%

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia registrou saldo de R\$103,0 milhões, R\$84,7 milhões maior em relação a 31 de dezembro de 2019, que registrou saldo de R\$18,3 milhões. Tal aumento é explicado pela incorporação de ações da investida Padtec S.A realizada em 2020 e ao registro do seu resultado naquele último exercício.

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia registrou saldo de R\$18,3 milhões, R\$5 milhões maior em relação a 31 de dezembro de 2018, cujo saldo foi de R\$13,3 milhões. A evolução patrimonial ocorrida em 2018 e em 2019 também é explicada pelo resultado do exercício da investida Padtec S.A., conforme mencionado no item 10.1.a acima.

A Companhia não está sujeita a hipóteses de resgate de suas ações. A diretoria esclarece, contudo, que o Estatuto Social da Padtec Holding determina que é de competência da Assembleia Geral deliberar a respeito do resgate ou amortização de ações, observadas as normas legais a respeito.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Os índices de liquidez corrente (representado pelo total do ativo circulante dividido pelo total do passivo circulante) em 31 de dezembro de 2020 era de 1,82, ou seja, 0,71 maior quando comparado com 2019.

A tabela abaixo resume as obrigações contratuais (saldos contábeis) da Companhia nos três últimos exercícios sociais:

_		Pagamentos Devidos (R\$ mil)
Obrigações Contratuais em:	2018	2019	2020
Empréstimos e Financiamento – curto prazo	-	-	11.151
Debêntures – curto prazo	-	-	7.765
Empréstimos e financiamentos – longo prazo	-	-	32.281
Debêntures – longo prazo	-	<u>-</u>	31.313
Total	-	-	82.510

Os saldos das obrigações contratuais de 2020 referem-se apenas à investida Padtec S.A. A necessidade destes recursos para a Companhia está atrelada a continuidade da expansão das suas atividades e de suas subsidiárias, no Brasil e exterior, ao investimento em pesquisa e desenvolvimento inerente às suas atividades e ao reforço de capital de giro.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas:

Com a incorporação de ações da investida Padtec S.A. em 2020, a Companhia passou a apresentar fontes de financiamento com capital de terceiros e capital próprio. Os recursos são utilizados principalmente para seu capital de giro e investimento em ativos não circulantes, relacionados ao desenvolvimento de novas tecnologias. Além disso, as captações objetivam manter a liquidez da Companhia e um bom perfil de endividamento por meio do alongamento do prazo médio da dívida da Companhia.

Nos últimos dois exercícios, as controladas que compuseram as demonstrações financeiras consolidadas eram todas *holdings* de participação, sem atividade operacional própria. As suas obrigações de curto prazo foram financiadas principalmente com os recursos da controladora, provenientes da venda de investidas. Não houve investimento relevante em ativos não circulantes realizado nos últimos três exercícios.

Acreditamos que as fontes de financiamentos utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de vencimento da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Na data deste Formulário de Referência, a Administração da Companhia não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportados com recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para a cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia poderá contratar novas linhas de financiamento ou ainda captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da dívida bruta da Companhia era de R\$82,5 milhões, sendo que R\$18,9 milhões representavam dívidas de curto prazo e R\$63,6 milhões representavam dívidas de longo prazo. A posição de caixa da Companhia, considerando caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras em garantia, ao final do exercício de 31 de dezembro de 2020, era de R\$84,1 milhões. Como resultado, a Companhia não apresentou dívida líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia e suas então subsidiárias integrais, holdings de participação, não se utilizaram de contratos de empréstimo e financiamento. Nesse período, todas as necessidades de caixa foram financiadas com recursos da própria Companhia, provenientes da alienação de investidas.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os empréstimos e financiamentos tomados pela controlada Padtec S.A. e as debêntures emitidas por aquela empresa, bem como os saldos individuais ao final do exercício de 2020, estão demonstrados na tabela abaixo:

					Consolidado
Modaliadde	Taxa Pactuada	Taxa efetiva	Vencimento	Garantia	31/12/20
		média anual			
Moeda nacional					
Capital de Giro - Safra	CDI + 5,53% ao ano	5,65%	de 26/04/21 a 24/09/24		10.020
Capital de Giro -	5,9% a 10,08% ao ano	8,22%	de 29/07/20 a 30/09/24	Recebíveis	15.036
Daycoval					
Capital de Giro ABC	CDI + 4,38% ao ano	4,43%	de 23/12/20 a 23/05/24	Recebíveis	8.011
Brasil					
Finep	TR +2,80% ao ano	2,83%	De 01/02/23 a 01/02/40	Fiança bancária	10.365
Total					43.432
Passivo circulante					11.151
Passivo não circulante					32.281
Total					43.432

Debêntures

	Consolidado		
Modalidade Mensuradas ao custo - pós fixado	Captação	Saldo em 31/12/2020	
Pós fixado		-	
CDI	40.000	40.000	
Total ao custo	40.000	40.000	
Gastos com captação (*)	(922)	(922)	
Total	39.078	39.078	
Passivo circulante		7.765	
Passivo não circulante		31.313	
Total		39.078	

Em dezembro de 2020, foram emitidos R\$40 milhões em debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública colocadas com esforços restritos nos termos da Instrução CVM 476 ("Debêntures").

Finep

Em março e em outubro de 2020, foram captados R\$10,3 milhões, destinados a investimentos tecnológicos, indexados à taxa de TR + 2,8% ao ano. Os juros serão pagos em até 242 parcelas mensais e consecutivas, com carência de 3 anos no pagamento do principal.

Banco Daycoval

Em junho de 2020 foram captados R\$10 milhões indexados à taxa de 10,08% ao ano. Os juros estão sendo pagos em 24 parcelas mensais e consecutivas desde julho de 2020 e o principal em 18 parcelas mensais e consecutivas, também a partir da mesma data.

Em outubro de 2020 foram captados R\$5 milhões indexados à taxa de CDI + 5,9% ao ano. Os juros e o principal serão pagos em 48 parcelas mensais, com carência de seis meses no pagamento do principal.

Banco Safra

Em setembro de 2020 foram captados R\$10 milhões indexados à taxa de CDI + 5,53% ao ano. Os juros estão sendo pagos em 48 parcelas mensais e consecutivas desde outubro de 2020 e o principal será pago em 42 parcelas mensais e consecutivas a partir de abril de 2021.

Banco ABC Brasil

Em novembro de 2020 foram captados R\$8 milhões indexados à taxa de CDI + 4,38% ao ano. Os juros serão pagos em 42 parcelas mensais, com carência de seis meses no pagamento do principal.

Não há outros empréstimos ou financiamentos tomados pela Companhia além dos descritos nesse item 10) f) i).

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, não possuímos registrado no passivo nenhuma outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2020 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

A Companhia está sujeita a cláusulas restritivas com a relação às obrigações financeiras e operacionais referente ao contrato das Debêntures emitidas pela Padtec S.A.

As Debêntures exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas, além de obrigações adicionais, cujas apurações são feitas anualmente. Com relação à cláusula restritiva financeira, tem-se a obrigação de manutenção da relação de Dívida Financeira Líquida sobre EBITDA à razão de até 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) até o pagamento integral das Obrigações Garantidas, a ser apurada em periodicidade anual, a partir do exercício de 2020 ("Covenant Financeiro"), com base nos demonstrativos anuais da emissora (Padtec S.A.) referentes ao exercício imediatamente anterior, auditados por Auditor Independente, nos quais deverá constar a menção ao cumprimento ou não do Covenant Financeiro da emissão das Debêntures.

A Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma a garantir que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração, todas as condições restritivas e cláusulas financeira e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2020. Para maiores informações a respeito dos riscos relacionados aos covenants financeiros e cláusulas de vencimento antecipado, consultar fator de risco "Alguns dos contratos financeiros da Padtec S.A., principal controlada da Companhia, contêm cláusulas de inadimplemento cruzado (cross default)" constante no item 4.1 deste Formulário de Referência.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

Nos últimos três exercícios, a Companhia não possui financiamentos contratados e não utilizados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

Até 31 de maio de 2020, a Padtec Holding realizava a consolidação integral das subsidiárias Automatos Participações e Chenonceau. A Padtec S.A era contabilizada via equivalência patrimonial. Após, a incorporação das ações da Padtec S.A., a mesma passou a ser consolidada integralmente a partir de 01 de junho de 2020. Com a consolidação integral, todas as linhas do balanço patrimonial sofreram alterações.

Demonstração do Resultado

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Conso	lidad	lc
-------	-------	----

Demonstração dos Resultados (em R\$ milhares, exceto percentual)	Exercício social encerrado em 2020	AV	Exercício social encerrado em 2019	AV	АН
Receita operacional líquida	169.293	100%	-	-	-
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(107.614)	-64%	-	-	-
Lucro bruto	61.679	36%	-	-	-
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	(15.928)	-9%	(5.558)	-	187%
Despesas comerciais	(13.754)	-8%	-	-	-0%
Despesas de pesquisa e desenvolvimento	(17.852)	-11%	-	-	0%
Resultado de equivalência patrimonial	(476)	0%	6.220	-	-108%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	4.088	2%	3.228	-	27%
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras	17.757	10%	3.890	-	356%
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	7.157	4%	211	-	3.292%
Despesas financeiras	(7.513)	-4%	(1.282)	-	486%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	17.401	10%	(2.819)	-	517%
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(190)	0%	9	-	-2.211%
Diferido	-	0%	2.611	-	-100%
Lucro líquido do exercício	17.211	10%	5.439	-	216%

Receita Operacional Líquida

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou na conta receita operacional líquida o valor de R\$169,3 milhões, resultado da consolidação integral da investida operacional Padtec S.A. ocorrida em junho de 2020. No exercício de 31 de dezembro de 2019, a Companhia não registrou saldo de receita operacional líquida, uma vez que a Companhia e suas subsidiárias não apresentaram atividades operacionais. Para maiores informações sobre a receita operacional líquida, consultar a análise das demonstrações financeiras combinadas da Companhia constante no item 10.9 abaixo.

PÁGINA: 32 de 79

Custo do produto vendido e serviços prestados

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou na conta custo dos produtos vendidos e serviços prestados o valor total de R\$107,6 milhões, como resultado da consolidação integral da investida Padtec S.A. No exercício de 31 de dezembro de 2019, a Companhia não registrou saldo de custo dos produtos vendidos e serviços prestados, uma vez que a Companhia e suas subsidiárias não apresentaram atividades operacionais. Para maiores informações sobre custo dos produtos vendidos e serviços prestados, consultar a análise das demonstrações financeiras combinadas da Companhia constante no item 10.9 abaixo.

Lucro Bruto

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou lucro bruto no valor de R\$61,8 milhões, resultado da consolidação integral da investida Padtec S.A. No exercício de 31 de dezembro de 2019, a Companhia não registrou saldo de lucro bruto, uma vez que a Companhia e suas subsidiárias não apresentaram atividades operacionais Para maiores informações sobre o lucro bruto, consultar a análise das demonstrações financeiras combinadas da Companhia constante no item 10.9 abaixo.

Receitas (despesas) operacionais

Despesas Administrativas

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo na conta de despesas administrativas era de R\$15,9 milhões, ou aumento de 9% ou de R\$10,3 milhões quando comparado a com o exercício de 2019, cujo saldo foi de R\$5,6 milhões. Essa variação deve-se à consolidação integral da investida Padtec S.A. após a operação de incorporação de ações, o que culminou na adição de R\$9,9 milhões na conta de despesas administrativas. Para maiores informações sobre as despesas administrativas, consultar a análise das demonstrações financeiras combinadas da Companhia constante no item 10.9 abaixo.

Despesas Comerciais

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo na conta das despesas comerciais foi de R\$13,7 milhões, resultado da consolidação integral da investida Padtec S.A. No exercício de 31 de dezembro de 2019, a Companhia não registrou saldo de despesas comerciais, uma vez que a Companhia e suas subsidiárias não apresentaram atividades comerciais Para maiores informações sobre as despesas comerciais, consultar a análise das demonstrações financeiras combinadas da Companhia constante no item 10.9 abaixo.

PÁGINA: 33 de 79

Despesas de pesquisa e desenvolvimento

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo na conta de despesas de pesquisa e desenvolvimento foi de R\$17,9 milhões, resultado da consolidação integral da investida Padtec S.A. No exercício de 31 de dezembro de 2019, a Companhia não registrou saldo de despesas de pesquisa e desenvolvimento, uma vez que a Companhia e suas subsidiárias não apresentaram atividades de pesquisa e desenvolvimento. Para maiores informações sobre as despesas de pesquisa e desenvolvimento, consultar a análise das demonstrações financeiras combinadas da Companhia constante no item 10.9 abaixo.

Resultado de Equivalência Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2020, a conta de resultado de equivalência patrimonial registrou perda de R\$0,5 milhão, uma variação negativa de R\$6,7 milhões, tendo em vista o saldo positivo de R\$6,2 milhões no exercício de 2019. Essa variação deve-se à consolidação integral da investida Padtec S.A. a partir de junho de 2020, que resultou na eliminação da equivalência patrimonial da Padtec S.A. desde então. Para maiores informações sobre resultado de equivalência patrimonial, consultar a análise das demonstrações financeiras combinadas da Companhia constante no item 10.9 abaixo.

Outras receitas (despesas) operacionais

Em 31 de dezembro de 2020, a conta de outras receitas (despesas) operacionais no registrou saldo de R\$4,1 milhões, um aumento de 27% ou R\$0,9 milhão, quando comparado ao exercício de 2019, que apresentou saldo de R\$3,2 milhões. Essa variação deve-se à consolidação integral da investida Padtec S.A. Para maiores informações sobre outras receitas (despesas) operacionais, consultar a análise das demonstrações financeiras combinadas da Companhia constante no item 10.9 abaixo.

Lucro antes das receitas (despesas) financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, o lucro antes das receitas (despesas) financeiras da Companhia foi R\$17,8 milhões, um aumento de 356% ou de R\$13,9 milhões, quando comparado ao saldo de R\$3,9 milhões registrado no exercício de 2019, variação esta ocorrida principalmente em função da consolidação integral da investida Padtec S.A. Para maiores informações sobre lucro antes das receitas (despesas) financeiras, consultar a análise das demonstrações financeiras combinadas da Companhia constante no item 10.9 abaixo.

PÁGINA: 34 de 79

Resultado Financeiro

Receitas Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, as receitas financeiras somaram o montante de R\$7,2 milhões, comparado a R\$0,2 milhão em 2019, o que representa uma variação de R\$6,9 milhões ou de 3.292%, resultado da consolidação integral da investida Padtec S.A. Para maiores informações sobre as receitas financeiras, consultar a análise das demonstrações financeiras combinadas da Companhia constante no item 10.9 abaixo.

Despesas Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo das despesas financeiras foi de R\$7,5 milhões, um aumento de 486% ou de R\$6,2 milhões, quando comparado ao saldo R\$1,3 milhão registrado no exercício de 2019, resultado da consolidação integral da investida Padtec S.A. Para maiores informações sobre as despesas financeiras, consultar a análise das demonstrações financeiras combinadas da Companhia constante no item 10.9 abaixo.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta lucro antes do imposto de renda e contribuição social foi de R\$17,4 milhões, um aumento de 517% ou de R\$14,6 milhões quando comparado ao saldo de R\$2,8 milhões em 2019, o que representa uma variação de. Essa variação deve-se principalmente à consolidação integral da investida Padtec S.A. Para maiores informações sobre lucro antes de imposto de renda e contribuição social, consultar a análise das demonstrações financeiras combinadas da Companhia constante no item 10.9 abaixo.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social corrente

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta de imposto de renda e contribuição social corrente foi negativo de R\$0,2 milhão, uma redução de 2.211%, considerando o saldo positivo de R\$0,09 milhão no exercício de 2019, redução esta decorrente da consolidação integral da investida Padtec S.A. Para maiores informações sobre imposto de renda e contribuição social, consultar a análise das demonstrações financeiras combinadas da Companhia constante no item 10.9 abaixo.

Imposto de renda e contribuição social diferido

A Companhia não registrou imposto de renda e contribuição social diferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Lucro líquido do exercício

Em 31 de dezembro de 2020, o lucro líquido do exercício social registrou saldo de R\$17,2 milhões, um aumento de R\$216% ou de R\$11,8 milhões, quando comparado ao saldo de R\$5,4 milhões no exercício de 2019. Essa variação deve-se principalmente à consolidação integral da investida Padtec S.A., conforme já explicado acima. Para maiores informações sobre lucro líquido do exercício, consultar a análise das demonstrações financeiras combinadas da Companhia constante no item 10.9 abaixo.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Consolidado

Demonstração dos Resultados (em R\$ milhares, exceto percentual)	Exercício social encerrado em 2019	AV	Exercício social encerrado em 2018	AV	АН
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	(5.558)	-	(10.401)	-	47%
Resultado de equivalência patrimonial	6.220	-	16.996	-	63%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	3.228	-	2.979	-	8%
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras	3.890	-	9.574	-	59%
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	211	-	732	-	71%
Despesas financeiras	1.282	-	(234)	-	448%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.819	-	10.072	-	72%
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	9	-	(676)	-	101%
Diferido	2.611	-	1.906	-	37%
Lucro líquido do exercício	5.439	-	11.302	-	52%

Receitas (despesas) operacionais

A Companhia não obteve receita operacional nos anos de 2018 e 2019.

Despesas Administrativas

Em 31 de dezembro de 2019, a conta de despesas administrativas registrou saldo negativo de R\$ 5,6 milhões, uma redução de 47% ou de R\$4,8 milhões quando comparado com o saldo negativo de R\$10,4 milhões no exercício de 2018. Essa variação deve-se a menores provisões para contingências em 2019 que as registradas em 2018.

Resultado de Equivalência Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2019, a conta de resultado de equivalência patrimonial registrou saldo de R\$6,2 milhões, uma redução de 63% ou de R\$11,7 milhões quando comparado ao saldo de R\$17,0 milhões no exercício de 2018. O principal fator que influenciaram o resultado em 2019 foi a incorporação da Ideiasventures em julho de 2019. A Ideiasventures era uma holding não operacional que detinha participação acionária na Automatos Participações. Após esta incorporação, a Automatos Participações passou a ser consolidada pela Companhia. Em junho de 2019, o patrimônio líquido da Automatos era negativo em R\$ 11.808 e foi reconhecido na Companhia após a incorporação da Ideiasventures.

Outras receitas (despesas) operacionais

Em 31 de dezembro de 2019, a conta de outras receitas (despesas) operacionais registrou saldo positivo de R\$3,2 milhões, um aumento de 8% ou de R\$0,2 milhão quando comparado ao saldo de R\$3,0 milhões no exercício de 2018.

Lucro antes das receitas (despesas) financeiras

Em 31 de dezembro de 2019, a conta de lucro antes das receitas (despesas) financeiras registrou saldo de R\$3,9 milhões, uma redução de 59% ou de R\$5,7 milhões quando comparado ao saldo de R\$9,6 milhões no exercício de. Essa variação deve-se principalmente aos maiores resultados oriundos de equivalência patrimonial registrados em 2018.

Resultado Financeiro

Receitas Financeiras

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo registrado na conta de receitas financeiras foi de R\$0,2 milhão, uma redução de 71% ou de R\$ 0,5 milhões quando comparado ao saldo de R\$0,7 milhão do exercício de 2018. Essa variação deve-se a menores taxas do rendimento das aplicações financeiras.

Despesas Financeiras

Em 31 de dezembro de 2019, a conta de despesas financeiras registrou saldo de R\$1,3 milhão, um aumento de 448% ou de R\$1,1 milhão quando comparado ao saldo de R\$0,2 milhão no exercício de 2018. Essa variação deve-se a juros sobre tributos de empresas incorporadas, visando a simplificação da estrutura societária da Companhia.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta de lucro antes do imposto de renda e contribuição social foi de R\$2,8 milhões, uma redução de 72% ou de R\$7,3 milhões quando comparado ao saldo de R\$10,1 milhões registrado em 2018. Essa variação deve-se principalmente ao resultado de equivalência patrimonial registrado, maior em 2018 do que em 2019, devido a incorporação da Ideiasventures em julho de 2019.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social corrente

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta imposto de renda e contribuição social corrente foi de R\$9 mil, resultado da base de lucro fiscal.

Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e contribuição social diferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi impactado pela adesão do PERT pela Automatos Participações.

Lucro líquido do exercício

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do lucro líquido do exercício foi de R\$5,4 milhões, uma redução de 52% ou de R\$5,9 milhões quando comparado ao saldo de R\$11,3 milhões em 2018. Essa variação decorre das explicações acima.

Balanços Patrimoniais

Até 31 de maio de 2020, a Padtec Holding realizava a consolidação integral das subsidiárias Automatos Participações e Chenonceau. A Padtec S.A era contabilizada via equivalência patrimonial. Após, a incorporação das ações da Padtec S.A., a mesma passou a ser consolidada integralmente a partir de 01 de junho de 2020. Com a consolidação integral, todas as linhas do balanço patrimonial sofreram alterações.

Para melhor entendimento do impacto da consolidação integral da Padtec S.A. pela Companhia, segue o Balanço Patrimonial em 01 de junho de 2020.

PÁGINA: 38 de 79

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Consolidado					
Ativo	31/12/20	AV	31/12/19	AV	АН
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	64.680	17%	49.606	15%	30%
Contas a receber de clientes	100.296	27%	62.196	19%	61%
Estoques	61.989	16%	55.657	17%	11%
Impostos a recuperar	23.562	6%	11.581	4%	103%
Operações financeiras	37.139	10%	41.060	13%	-10%
Outros créditos	2.356	1%	1.452	0%	62%
Total	290.022	77%	221.552	68%	31%
Ativo mantido para venda	-	-	255	0%	-100%
Total ativo não circulante mantido para venda	-	-	255	0%	-100%
Não circulante					
Contas a receber de clientes	2.377	1%	3.771	1%	-37%
Impostos a recuperar	324	-	10.123	3%	-97%
Aplicações financeiras em garantia	19.395	5%	14.787	5%	31%
Operações financeiras	11.460	3%	18.973	6%	-40%
Depósito Judicial	2.364	1%	12.172	4%	-81%
Outros créditos	2.905	1%	2.988	1%	-3%
Imobilizado	18.540	5%	19.070	6%	-3%
Intangível	29.217	8%	21.849	7%	34%
Total de atten est atmosphere	00.500	220/	400 700	200/	4701
Total do ativo não circulante	86.582	23%	103.733	32%	-17%
Total de estivo	276.004	4000/	225 542	4000/	400/
Total do ativo	376.604	100%	325.540	100%	16%

Consolidado

Passivo	31/12/20	AV	31/12/19	AV	АН
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	11.151	3%	23.927	7%	-53%
Debêntures	7.765	2%	-	0%	100%
Arrendamento mercantil com partes relacionadas	2.733	1%	2.753	1%	-1%
Fornecedores	55.832	15%	34.674	11%	61%
Risco sacado	1.971	1%	1.655	1%	19%
Partes relacionadas	948	0%	3.250	1%	-71%
Impostos e contribuições a pagar	9.204	2%	7.812	2%	18%
Impostos e contribuições a pagar - parcelamento	6.331	2%	7.212	2%	-12%
Obrigações sociais	18.976	5%	13.859	4%	37%
Provisões diversas	2.745	1%	2.765	1%	-1%
Operações financeiras	37.139	10%	41.060	13%	-10%
Outras contas a pagar	4.946	1%	1.236	0%	300%
Total do passivo circulante	159.741	42%	140.203	42%	14%
Não circulante					
Provisões para riscos trabalhistas e tributários	35.970	10%	41.707	13%	-14%
Empréstimos e financiamentos	32.281	9%	21.888	7%	47%
Debêntures	31.313	8%	-	0%	100%
Arrendamento mercantil com partes relacionadas	624	0%	3.290	1%	-81%
Impostos e contribuições a pagar - parcelamento	2.203	1%	12.070	4%	-82%
Partes relacionadas	-	0%	610	0%	-100%
Operações financeiras	11.460	3%	18.973	6%	-40%
Total do passivo não circulante	113.851	31%	98.538	31%	16%
Total do passivo	273.592	73%	238.741	73%	15%
Patrimônio líquido					
Capital social	199.211	53%	200.297	62%	-1%
Reservas de capital	(2.674)	-1%	(2.674)	-1%	0%
Lucros / prejuízos acumulados	(83.331)	-22%	(100.542)	-31%	-17%
Ágio em transação de capital	599	0%	-	-	-
Outros resultantes abrangentes	(10.793)	-3%	(10.282)	-3%	5%
Total do patrimônio líquido	103.012	27%	86.799	27%	19%
Total do passivo e patrimônio líquido	376.604	100%	325.540	100%	16%
Ativo Circulante					

PÁGINA: 40 de 79

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era de R\$290,0 milhões, em comparação com R\$5,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 77% em 31 de dezembro de 2020 e 8% em 31 de dezembro de 2019. O aumento de R\$285,0 milhões refere-se à incorporação das ações da investida Padtec S.A e a consolidação integral dessa empresa a partir de junho de 2020.

Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante era de R\$86,6 milhões, em comparação com R\$58,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 23% em 31 de dezembro de 2020 e 92% em 31 de dezembro de 2019. O aumento de R\$28,2 milhões refere-se à incorporação das ações da investida Padtec S.A e a consolidação integral dessa empresa a partir de junho de 2020 (compensado pela eliminação da linha de investimentos) e ao recebimento de R\$6 milhões referentes a um acordo judicial celebrado no âmbito de processos cíveis para os quais eram mantidos depósitos judiciais.

Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante era de R\$159,7 milhões, em comparação com R\$4,5 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 42% em 31 de dezembro de 2020 e 6% em 31 de dezembro de 2019. O aumento de R\$155,3 milhões refere-se à incorporação das ações da investida Padtec S.A e a consolidação integral dessa empresa a partir de junho de 2020.

Passivo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante era de R\$113,9 milhões, em comparação com R\$40,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 31% em 31 de dezembro de 2020 e 65% em 31 de dezembro de 2019. O aumento de R\$73,0 milhões refere-se à incorporação das ações da investida Padtec S.A e a consolidação integral dessa empresa a partir de junho de 2020.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$103,0 milhões, em comparação com R\$18,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido representava 27% em 31 de dezembro de 2020 e 29% em 31 de dezembro de 2019. O aumento de R\$84,7 milhões refere-se à incorporação das ações da investida Padtec S.A em junho de 2020 e o registro do seu lucro do exercício da Companhia.

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

Consolidado					
Ativo	31/12/19	AV	31/12/18	AV	АН
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3.328	5%	3.594	6%	-7%
Impostos a recuperar	1.657	3%	1.696	3%	-2%
Outros créditos	-	0%	738	-	-
Total do ativo circulante	4.985	8%	6.028	9%	-17%
Ativo não circulante mantido para venda					
Ativo mantido para venda	255	-	2.246	-	-
Total ativo não circulante mantido para venda	255	-	2.246	-	-
Não circulante					
Impostos a recuperar	10.097	-	5.611	9%	80%
Depósito Judicial	11.771	18%	11.349	18%	4%
Outros créditos	1.008	2%	8.213	10%	-64%
Investimentos	35.515	-	32.663	51%	9%
Imobilizado	16	-	17	-	62%
Intangível	24	-	24	-	-55%
Total do ativo não circulante	58.431	92%	55.877	87%	5%
Total do ativo	63.671	100%	64.151	100%	-1%

Consolidado

Passivo	31/12/19	AV	31/12/18	AV	АН
Circulante					
Fornecedores	151	0%	23	-	557%
Impostos e contribuições a pagar	769	1%	3.634	6%	-79%
Impostos e contribuições a pagar - parcelamento	2.956	5%	-	-	-
Obrigações sociais	127	0%	263	-	-52%
Provisões diversas	188	0%	-	-	-
Outras contas a pagar	285	0%	708	1%	-60%
Total do passivo circulante	4.476	7%	4.628	7%	-3%
Não circulante					
Provisões para riscos trabalhistas e tributários	30.948	49%	35.558	55%	-13%
Empréstimos e financiamentos	-	0%	-	-	
Debêntures	-	0%	-	-	_
Arrendamento mercantil com partes relacionadas	-	0%	-	-	_
Impostos e contribuições a pagar - parcelamento	9.899	16%	10.670	17%	-7%
Operações financeiras	-	0%	-	-	-
Total do passivo não circulante	40.847	65%	46.228	72%	-12%
Total do passivo	45.323	71%	50.856	79%	-11%
Patrimônio líquido					
Capital social	131.846	207%	131.846	206%	-
Reservas de capital	(2.674)	-4%	(2.674)	-4%	-
Lucros / prejuízos acumulados	(100.542)	-158%	(105.981)	-16%	-5%
Ágio em transações de capital	-	0%	-	-	-
Outros resultantes abrangentes	(10.282)	-16%	(9.896)	-15%	4%
Total do patrimônio líquido	18.348	29%	13.295	21%	38%
Total do passivo e patrimônio líquido	63.671	100%	64.151	100%	-1%

Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R\$4,9 milhões, em comparação com R\$6,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 8% em 31 de dezembro de 2019 e 9% em 31 de dezembro de 2018. A redução de R\$1,0 milhão refere-se ao consumo de recursos próprios para pagamento de dívida da Automatos e dos bloqueios judiciais sofrido ao longo do ano.

Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante era de R\$58,4 milhões, em comparação com R\$55,9 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 92% em 31 de dezembro de 2020 e 87% em 31 de dezembro de 2018. O aumento de R\$2,6 milhões refere-se à variação patrimonial da investida Padtec S.A.

Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R\$4,5 milhões, em comparação com R\$4,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 7% em 31 de dezembro de 2019 e 7% em 31 de dezembro de 2018.

Passivo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R\$40,8 milhões, em comparação com R\$46,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 65% em 31 de dezembro de 2019 e 72% em 31 de dezembro de 2018. A redução de R\$5,4 milhões refere-se a estornos de provisão para contingências.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2019 o patrimônio líquido era de R\$18,3 milhões, em comparação com R\$13,3 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido representava 29% em 31 de dezembro de 2019 e 21% em 31 de dezembro de 2018. O aumento de R\$5,1 milhões refere-se ao registro do lucro líquido do exercício.

Fluxo de Caixa

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

	Consolidado				
(em R\$ mil, exceto%)	Exercício social encerrado em 2020	Exercício social encerrado em 2019			
Fluxo de caixa					
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	3.543	(6.525)			
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(18.379)	6.259			
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	22.123	-			
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalente de caixa	7.287	(266)			

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 3,5 milhões. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o caixa líquido gerado nas atividades operacionais foi negativo em R\$6,5 milhões. A variação de R\$10,1 milhões é atribuída à incorporação das ações da investida Padtec S.A e sua consolidação integral desde junho de 2020, o que foi compensado pelo recebimento de R\$6 milhões referentes a um acordo judicial celebrado no âmbito de processos cíveis para os quais eram mantidos depósitos judiciais.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi negativo em R\$18,4 milhões, em comparação ao caixa líquido utilizado nas atividades de investimento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$6,2 milhões. Esta variação é atribuída à incorporação das ações da investida Padtec S.A e sua consolidação integral desde junho de 2020.

Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento

O caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$22,1 milhões, atribuído incorporação das ações da investida Padtec S.A e sua consolidação integral desde junho de 2020.

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

	Consolidado				
(em R\$ mil, exceto%)	Exercício social encerrado em 2020	Exercício social encerrado em 2019			
Fluxo de caixa					
Caixa Iíquido gerado nas atividades operacionais	(6.525)	(11.652)			
Cauxa Iíquido utilizado nas atividades de investimento	6.259	14.923			
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	-	-			
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalente de caixa	(266)	3.271			

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi negativo em R\$6,5 milhões, em comparação ao caixa líquido gerado nas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi negativo em R\$11,7 milhões. Esta redução de R\$5,1 milhões, é atribuída ao ganho de investimento e capital registrado em 2018.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 6,3 milhões, em comparação ao caixa líquido utilizado nas atividades de investimento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$ 14,9 milhões. Esta variação é atribuída à redução no saldo das aplicações financeiras em 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia, durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, apresentou uma Receita Operacional Líquida de R\$169,2 milhões, totalmente reflexo da incorporação de ações da investida Padtec S.A. e sua consolidação integral na Companhia a partir de 1º de junho de 2020.

A atividade operacional da Companhia baseia-se na fabricação de equipamentos de suporte óptico (com o uso da tecnologia DWDM - Dense Wavelength Division Multiplexing) e na prestação de serviços técnicos premium para as principais operadoras de redes de telecomunicações, provedores de serviços de internet, datacenters, carriers (grandes operadoras de telecomunicações) e demais empresas do segmento de tecnologia, informação e comunicação (TIC).

O setor de tecnologia foi um dos menos afetados pela crise mundial do Covid-19 e segue aquecido para suportar o aumento do tráfego gerado por aplicações de comunicação, vídeo conferências e conteúdos para entretenimento. A Companhia obteve sólidos resultados em 2020, com reflexos em suas receitas (e novos clientes foram adicionados na carteira comercial) e na geração de caixa.

A Companhia não obteve receita operacional nos anos de 2018 e 2019.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado da Companhia em 2020 foi significativamente influenciado pela incorporação de ações da investida Padtec S.A e sua consolidação integral a partir do mês de junho.

Os principais fatores que influenciaram o resultado em 2019 foram (i) o resultado da Padtec S.A. de R\$3,6 milhões, (ii) o impairment do investimento na Batanga/Vix de R\$2,3 milhões, e (iii) o prejuízo na venda dos imóveis localizados em São José dos Pinhais (PR) de R\$1,2 milhão.

Os principais fatores que influenciaram o resultado consolidado da Companhia em 2018 foram o resultado de R\$11 milhões pela participação na investida Padtec S.A. e o ganho de R\$5 milhões pelo desempenho anual da ex-investida Moip. Esses resultados foram parcialmente compensados pelo prejuízo de R\$6 milhões registrado pela Controladora em conjunto com as holdings Ideiasventures, Automatos Participações e Chenonceau.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Com a incorporação das ações da Padtec S.A., a receita da Companhia passou a ser impactada diretamente pelas alterações na taxa de inflação, pois grande parte dos contratos da subsidiária com seus clientes são indexados a índices de inflação. As mudanças econômicas, principalmente no que tange à taxa de juros de curto e longo prazo, índice de inflação e política cambial brasileira também podem afetar a receita auferida. Porém, historicamente, essas mudanças não têm produzido efeitos na Padtec S.A.

Diversos serviços utilizados pela Companhia têm seus valores reajustados com base na variação do IGP-M e do IPCA, entre eles despesas com pessoal (salários, encargos e benefícios) (atrelados à variação do IPCA) e gastos com viagens, comunicação e aluguel (atrelados ao IGPM). Porém, este impacto é atenuado a medida em que as receitas recorrentes também são indexadas pela inflação, majoritariamente pelo IGP-M.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante:

A diretoria não identificou impactos significativos devido à inflação, ao câmbio e à taxa de juros nos resultados operacional e financeiro da Companhia nos últimos três exercícios. A investida Padtec S.A. está sujeita a variações de preços dos seus insumos importados e indexados ao dólar norte-americano e, sempre que possível, busca incluir em seus contratos de fornecimento com clientes cláusulas de correção cambial.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a. introdução ou alienação de segmento operacional:

Com as alienações realizadas nos últimos anos, a Companhia deixou de atuar em vários segmentos. A Padtec S.A., que foi controlada em conjunto até maio de 2020 e não era consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia, atua na fabricação de equipamentos e sistemas e na prestação de serviços para redes de transmissão por fibras ópticas. Em 01 de junho de 2020, a Padtec tornou-se subsidiária integral da Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

Nos últimos três exercícios sociais, destacamos os seguintes eventos que tiveram efeitos relevantes em nossas demonstrações financeiras:

- (i) <u>Venda da controlada Moip</u>: O contrato de venda previa o recebimento de três parcelas anuais dependentes de desempenho da investida. No resultado consolidado da Companhia nos exercícios 2018 e 2019 foram reconhecidos ganhos de R\$5 milhões e R\$3,8 milhões respectivamente.
- (ii) <u>Incorporação das ações da Padtec S.A.</u>: Em 01 de junho de 2020, a Companhia realizou a incorporação de ações de emissão da Padtec S.A., conforme aprovado em AGE de 27 de abril de 2020, então seu único ativo, com a consequente conversão da Padtec S.A. em sua subsidiária integral

c. dos eventos ou operações não usuais:

Não houve, durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação a Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas suas demonstrações financeiras ou seus resultados.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

2020

As demonstrações financeiras de 2020 foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade Internacional Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), contemplando os efeitos de mudanças em pronunciamento aplicáveis a partir de 2020, sendo os mais relevantes IFRS 7 e IFRS 9 Instrumentos Financeiros, Definição de Negócios (alterações no CPC 15 (R1)/IFRS3) e Iniciativa de Divulgação – Definição de Material (Alterações no IAS 1 / CPC 26 (R1) e IAS 8 / CPC 23).

IFRS 7 e IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: em setembro de 2019, o IASB emitiu Reforma da Taxa de Juros de Referência (Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7). Essas alterações modificam as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização de hedge para hedges afetados durante o período de incerteza antes que os itens objetos de hedge ou instrumentos de hedge afetados pelas taxas de juros de referência atuais sejam alterados em virtude das reformas contínuas das taxas de juros de referência. As alterações introduzem ainda novas exigências de divulgação na IFRS 7 para relações de hedge que estejam sujeitas às exceções introduzidas através das alterações à IFRS 9.

Definição de Negócios (Alterações no CPC 15 (R1) / IFRS 3): essa alteração esclarece a definição de "negócio", visando facilitar a decisão das empresas sobre como classificar a aquisição de um conjunto de atividades e de ativos entre uma combinação de negócios efetiva ou simplesmente uma aquisição de grupos de ativos.

Iniciativa de Divulgação – Definição de Material (Alterações no IAS 1 / CPC 26 (R1) e IAS 8 / CPC 23): essa alteração esclarece a definição de "material", visando ajudar as empresas a fazer um melhor julgamento para definir se as informações sobre determinado item, transação ou outro evento deve ser divulgada nas demonstrações contábeis sem alterar substancialmente os requisitos existentes.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

2019 e 2018

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia nos exercícios de 2019 e 2018. No entanto, com o passar dos anos, a diretoria da (então) Ideiasnet observou que a classificação do risco de perda, por parte dos assessores jurídicos, dos inúmeros processos judiciais em que estava envolvida (provenientes de suas ex-investidas primordialmente) tendia a piorar ao longo do tempo, especialmente no que se referia aos processos trabalhistas. Ou seja, processos muito recentes tendiam a ter seus riscos classificados como perda remota, na medida em que iam evoluindo na justiça passavam a ser classificados como perda possível e ao se aproximarem de uma conclusão, invariavelmente, tinham seu risco alterado para perda provável. Em virtude disso, da venda recente de diversas investidas e com o intuito de se precaver para eventual necessidade de caixa, em 2017 a diretoria optou por aumentar o valor das suas provisões para contingências, passando a provisionar também 25% dos valores envolvidos em processos com risco remoto e 50% dos valores relativos a processos com risco possível, além de 100% dos processos com risco provável de perda que historicamente já eram provisionados.

b. efeitos significativos das alterações de práticas

Não houve efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia provocados por mudanças nas práticas contábeis adotadas nos três exercícios apresentados.

c. ressalvas e ênfases no relatório do auditor

Não houve ressalvas nos pareceres dos auditores relativos aos exercícios 2020, 2019 ou 2018, porém, nos exercícios de 2019 e 2018 constou nos pareceres parágrafo sobre a continuidade operacional, conforme descrito a seguir.

"Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional, nos exercícios 2019 e 2018 destaca que (i) as demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos seus negócios e de suas controladas, (ii) a Companhia e suas controladas apresentam prejuízos acumulados, (iii) algumas controladas da Ideiasnet vêm apurando prejuízos de forma recorrente, com passivos excedentes aos ativos, (iv) por decisão da Administração, a Companhia encontra-se em fase de desinvestimento, (v) esses fatores indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Ideiasnet e de seus investimentos e de parte substancial do objeto econômico da sua existência, e (vi) a continuidade das atividades operacionais da Companhia e de suas controladas depende do sucesso dos planos da Administração."

A diretoria da Companhia à época das emissões de referidos pareceres concordou com a opinião dos auditores e, no último ano, tomou providências para reverter tais condições, o que já pode ser evidenciado no parecer das demonstrações financeiras de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas contábeis podem diferir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- (i) Contingências tributárias e cíveis: A Companhia é ré em alguns processos judiciais e administrativos. Provisões são reconhecidas quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada período de relatório, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação. As provisões que envolvem processos tributários estão constituídas por valor equivalente à totalidade dos tributos em discussão judicial, atualizados monetariamente, sendo computados os juros moratórios como se devidos fossem, até as datas dos balanços. Os passivos contingentes, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulga dos em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.
- (ii) <u>Créditos de liquidação duvidosa</u>: As provisões para créditos de liquidação duvidosa são constituídas pela Companhia e por suas investidas com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber. Mesmo para valores integralmente provisionados para perda, os esforços de cobrança continuam e os respectivos recebimentos são reconhecidos diretamente ao resultado quando de sua ocorrência.
- (iii) Estoques: A subsidiária Padtec S.A. efetua provisão para obsolescência e giro lento nos estoques. Para essa estimativa, considera estoques descontinuados, materiais fora do parâmetro de qualidade adotado e itens sem movimento no estoque, cuja possibilidade de realização seja considerada baixa, visto que há novas tecnologias e/ou soluções disponíveis no mercado. A provisão para realização dos estoques é constituída com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e despesas fixas incorridas nos esforços de vendas.
- (iv) <u>Vida útil dos bens do imobilizado</u>: A Companhia e suas investidas revisam a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício. Durante o exercício corrente, a Administração estabeleceu que a vida útil de ativos próprios se mantém inalterada.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- (iv) Redução ao valor recuperável dos ativos: Anualmente a Administração revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, a Companhia e suas investidas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa a qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.
- (v) Operações de arrendamento mercantil (IFRS 16/CPC 06 (R2): O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados à taxa de juros implícita do arrendamento ou, caso essa taxa não possa ser imediatamente determinada, com base na taxa incremental de captação da Companhia. A taxa incremental determinada pela Companhia a partir de uma taxa livre de risco, incorpora o spread de risco da Companhia com base nas captações recentes, conforme aplicável.

PÁGINA: 53 de 79

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

- a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), como:
 - i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
 - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
 - iv. contratos de construção não terminada
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos
- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

A diretoria não tem conhecimento de ativos e passivos detidos pela Companhia ou por suas investidas que não aparecem em seu balanço patrimonial ou de outros itens relevantes que não estejam evidenciados em suas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- b. natureza e propósito da operação
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

A diretoria não tem conhecimento de ativos e passivos detidos pela Companhia ou por suas investidas que não aparecem em seu balanço patrimonial ou de outros itens relevantes que não estejam evidenciados em suas demonstrações financeiras, que devessem ser indicados no item anterior.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A tecnologia oferecida pela Companhia através da subsidiária Padtec S.A. está em constante desenvolvimento, resultado de um intenso trabalho de pesquisa e desenvolvimento (P&D). A Companhia busca oferecer aos seus clientes soluções cada vez mais compactas e energeticamente eficientes, que permitem a expansão, em centenas de vezes, da capacidade de transmissão em fibras ópticas. Um dos principais focos das atividades de P&D é a redução constante do custo de transmissão, imprescindível para viabilizar o crescimento exponencial da internet. Ao longo de 2020, foram investidos cerca de R\$35,8 milhões, somando despesas com P&D e valores alocados no ativo intangível.

A Companhia lançou sua nova geração de transponders, TM800 e TM1200, de 800 Gb/s e 1,2 Tb/s – uma solução de altíssima capacidade de transmissão de dados (em curtas, médias ou longas distâncias) que atende à tendência de aumento cada vez maior do tráfego e da demanda por banda, não só nas redes – terrestres e submarinas – de operadoras de serviços de comunicação como também nas interconexões entre data centers.

Através dos seus investimentos, a Padtec busca: a) manter sua paridade tecnológica vis a vis competidores globais, b) oferecer aos seus clientes soluções em produtos e serviços mais avançados e robustos, visando tornar-se cada vez mais competitiva, c) incrementar seu portfólio de produtos, d) ampliar sua liderança no mercado brasileiro, e e) expandir sua atuação geográfica para mercados internacionais.

Para os próximos anos, a Companhia planeja manter o foco no desenvolvimento de tecnologia de ponta, ampliar sua liderança no mercado brasileiro e aumentar sua presença internacional. Dessa forma, poderá oferecer soluções em produtos e serviços mais avançados e robustos, tornando-se cada vez mais competitiva.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos previstos para 2021 serão financiados por capital próprio da Companhia, utilizando do seu saldo de caixa e equivalentes de caixa, bem como da sua própria geração operacional de caixa, eventuais captações de recursos obtidos por meio de financiamentos no mercado financeiro e de capitais, de acordo com o cenário de mercado e conveniência para a Companhia.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

A Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento nem desinvestimentos previstos.

PÁGINA: 56 de 79

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia ou de suas investidas.

Entretanto, no ano de 2020, como resultado da operação de incorporação de ações de emissão da Padtec S.A. pela Companhia, essa empresa passou a ser subsidiária integral da Companhia a partir do dia 01 de junho.

c. novos produtos e serviços:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2021, a Administração da Companhia pretende se concentrar nos aspectos apresentados no item 10.8.a acima.

A diretoria acredita que não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e de suas investidas que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Cabe mencionar que a Administração da Companhia está acompanhando os desdobramentos da pandemia do novo coronavírus, comprometida com as diretrizes emitidas pelas autoridades locais e internacionais para prevenção e combate ao Covid-19.

Para uma melhor compreensão de seus resultados financeiros, a Companhia apresenta abaixo, com base nas suas Demonstrações Financeiras Combinadas dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, as alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras, nos moldes do item 10.1 h) deste item de seu Formulário de Referência.

Discussão das Demonstrações Financeiras Combinadas da Padtec Holding S.A.

Em junho de 2020, a Companhia concluiu uma reorganização societária, por meio da qual a Companhia incorporou as ações da Padtec S.A. que, junto com as suas subsidiárias, passaram a ser 100% controladas da Companhia. Por entender que a análise de modo isolado das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia até 31 de dezembro de 2020 não reflete sua atual estrutura societária, a Administração da Companhia optou por apresentar neste item 10.9 do Formulário de Referência informações derivadas das demonstrações financeiras combinadas do Grupo Padtec para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018. Para saber mais sobre informações financeiras selecionadas da Companhia, ver item 3.9 deste Formulário de Referência.

As informações financeiras apresentadas neste item 10.9 são referentes às demonstrações financeiras combinadas e têm como objetivo proporcionar informações mais úteis e representativas aos seus destinatários, para que as operações, a gestão e a posição patrimonial da Companhia e suas subsidiárias sejam compreendidas dentro de sua atual estrutura societária, além de propiciar comparabilidade às demonstrações financeiras, demonstrar o histórico das atuais operações da Companhia, sua posição financeira, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa, de forma combinada-consolidada, bem como comentar os fatores que influenciaram o seu desempenho nos períodos indicados, possibilitando uma análise razoável para a tomada de decisão de investimento nas ações de emissão da Companhia.

As demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e internacionais, considerando o pronunciamento técnico NBC TG 44 — Demonstrações Combinadas. As demonstrações financeiras combinadas não devem ser utilizadas em última análise para a tomada de qualquer decisão de investimento na Companhia, pois não são indicativas de resultados que teriam ocorrido caso os negócios tivessem sido conduzidos como uma única unidade de negócios durante os períodos apresentados e não representam indicativos dos resultados ou posição financeira consolidados futuros da Companhia.

As demonstrações financeiras combinadas não representam as demonstrações financeiras de qualquer uma das entidades que fazem parte do Grupo Padtec, e não devem ser tomadas como base para fins de cálculo de dividendos, impostos ou para quaisquer outros fins societários, estando apresentadas como um único conjunto de demonstrações financeiras de entidades que estão sob controle comum.

Para mais informações sobre a reorganização societária, ver item 15.7 deste Formulário de Referência.

Demonstração de Resultados Combinados

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Demonstração dos Resultados (em R\$ milhares, exceto percentual)	Exercício social encerrado em 2020	AV	Exercício social encerrado em 2019	AV	АН
Receita operacional líquida	247.712	100%	220.804	100%	12,2%
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(162.490)	-65,6%	(153.768)	-69,6%	5,7%
Lucro bruto	85.222	34,4%	67.036	30,4%	27,1%
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	(24.228)	-9,8%	(28.302)	-12,8%	-14,4%
Despesas comerciais	(21.987)	-8,9%	(22.917)	-10,4%	-4,1%
Despesas de pesquisa e desenvolvimento	(28.657)	-11,6%	(26.801)	-12,1%	6,9%
Resultado de equivalência patrimonial	-	0%	2.984	1,4%	-100%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	4.646	1,9%	2.156	1%	115,5%
Lucro (prejuízo) antes das receitas (despesas) financeiras	14.996	6,1%	(5.844)	-2,6%	-356,6%
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	15.067	6,1%	18.899	8,6%	-20,3%
Despesas financeiras	(20.281)	-8,2%	(27.720)	-12,6%	-26,8%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	9.782	3,9%	(14.665)	-6,6%	-166,7%
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(912)	-0,4%	(912)	-0,4%	0%
Diferido	-	0%	2.611	1,2%	-100%
Lucro (prejuízo) do exercício proveniente de operações em continuidade	8.870	3,6%	(12.966)	-5,9%	168,4%
Operações descontinuadas					
Resultado líquido das operações descontinuadas	7.423	3,0%	24.669	11,2%	-69,9%
Lucro do exercício proveniente de operações descontinuadas	7.423	3,0%	24.669	11,2%	-69,9%
Lucro Líquido do exercício	16.293	6,6%	11.703	5,3%	39,2%
Resultado atribuível aos					
Acionistas controladores	16.293	6,6%	11.703	5,3%	39,2%
Lucro por Ação					
Lucro por ação básico e diluído	0,2077		0,7161		

Receita Operacional Líquida

Em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional líquida somou R\$247,7 milhões, representando um aumento de 12,2%, ou R\$26,9 milhões, em relação ao mesmo período de 2019, quando totalizou R\$220,8 milhões. Esse aumento se deve, principalmente, ao acréscimo de 20,1%, ou R\$34,3 milhões, das receitas com vendas de sistemas de transporte óptico (equipamentos DWDM) em relação a 31 de dezembro de 2019, em razão da maior demanda advinda dos clientes, a qual foi positivamente impactada pela maior necessidade de conectividade. Esse aumento compensou a redução marginal de 2,7%, ou R\$1,2 milhão, da receita com serviços premium em relação ao mesmo período de 2019, quando totalizou R\$43,0 milhões.

Ressalta-se que o incremento da receita operacional líquida registrado em 31 de dezembro de 2020 ganha ainda mais relevância, tendo em vista que, durante o exercício social de 2019, a Companhia realizou o desinvestimento da unidade de negócio de Sistemas Submarinos, quando obteve uma receita operacional líquida relativa a essa unidade de negócio de R\$6,2 milhões.

Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

Em 31 de dezembro de 2020, o custo dos produtos vendidos e serviços prestados somou R\$162,5 milhões, representando um aumento de 5,7%, ou R\$8,7 milhões, em relação ao mesmo período de 2019, quando totalizou R\$153,8 milhões. Esse aumento se deve ao incremento das vendas de produtos e serviços da Companhia, o que resultou em maiores gastos com material, os quais somaram R\$96,1 milhões, em 31 de dezembro de 2020, aumento de 10,6% em relação a 2019, R\$77,4 milhões.

Esse aumento no custo foi parcialmente compensado (i) pela redução de jornadas e salários dos empregados em concordância com a MP 936, pela implementação de banco de horas que resultou em menos horas extras efetivamente pagas e pela redução das viagens realizadas em 2020 devido à pandemia da Covid-19, de modo que os custos com mão de obra apresentaram redução de 10,6%, ou R\$8,7 milhões, e baixaram de R\$39,3 milhões, em 2019, para R\$35,2 milhões, em 2020; e (ii) pela redução dos gastos gerais de fabricação, que totalizaram R\$31,2 milhões, em 2020, redução de 15,8% frente ao ano anterior, R\$37,1 milhões, e (iii) devido à redução de gastos com infraestrutura atrelados à migração para *home office* durante a pandemia da Covid-19 e à redução da provisão para obsolescência nos estoques.

Lucro Bruto

Em 31 de dezembro de 2020, o lucro bruto somou R\$85,2 milhões, representando um aumento de 27,1%, ou R\$18,2 milhões, em relação ao mesmo período de 2019, quando totalizou R\$67,0 milhões. Esse aumento se deve, principalmente, aos fatores elencados acima.

Receitas (despesas) operacionais

Despesas Administrativas

As despesas administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$24,2 milhões, representando uma redução de 14,4%, ou R\$4,1 milhões, em relação ao mesmo período de 2019, quando somou R\$28,3 milhões. Essa variação se deve, principalmente, à eliminação de gastos administrativos da Padtec Holding S.A. em função da incorporação das ações da Padtec S.A., pela Companhia, ocorrida em junho de 2020, o que resultou, por exemplo, em alterações no quadro da administração da Companhia.

Outras receitas (despesas) operacionais

Em 31 de dezembro de 2020, as outras receitas (despesas) operacionais totalizaram um saldo positivo de R\$4,6 milhões, um aumento de 115,5%, ou R\$2,5 milhões, em relação ao mesmo período de 2019, quando somou R\$2,2 milhões. Essa variação se deve, principalmente, à renegociação e ao pagamento de dívida de determinados clientes da Companhia, cujo saldo estava provisionado como perda para devedores duvidosos, contribuindo, assim, de forma positiva para as outras receitas operacionais.

Resultado Financeiro

Receitas Financeiras

As receitas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 somaram R\$15,1 milhões, uma redução de 20,3%, ou R\$3,8 milhões, em relação ao mesmo período de 2019, quando totalizou R\$18,9 milhões. Essa redução se deve, principalmente, a redução da taxa de juros (CDI) que no acumulado de 2019 foi de 5,96% e em 2020 2,75%.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$20,3 milhões, uma redução de 26,8%, ou R\$7,4 milhões, em relação ao mesmo período de 2019, quando totalizou R\$27,7 milhões. Essa redução se deve, principalmente, ao pagamento de empréstimos e financiamentos das controladas da Companhia ao longo do exercício social de 2020.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social diferido

Em 31 de dezembro de 2020, o imposto de renda e contribuição social diferido não apresentou nenhum saldo, enquanto no exercício de 2019 totalizou R\$2,7 milhões. Essa redução refere-se ao programa de parcelamento fiscal (PERT) o qual a controlada da Companhia, Automatos Participações, utilizou prejuízos fiscais para compensação de tributos.

Operações descontinuadas

O saldo das operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2020 totalizou R\$7,4 milhões, representando uma redução de 69,9%, ou R\$17,2 milhões, em relação ao mesmo período de 2019, quando somou R\$24,7 milhões. Essa redução se deve, exclusivamente, à realização do desinvestimento das unidades de negócios OTN Switch e Sistemas Submarinos, ambos realizados em 2019, de forma não recorrente.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 totalizou R\$16,3 milhões, representando um aumento de 39,2%, ou R\$4,6 milhões, em relação ao mesmo período de 2019, quando somou R\$11,7 milhões, em razão dos motivos elencados acima.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Consolidado					
Demonstração dos Resultados (em R\$ milhares, exceto percentual)	Exercício social encerrado em 2019	AV	Exercício social encerrado em 2018	AV	АН
Receita operacional líquida	220.804	100%	229.384	100%	-3,7%
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(153.768)	-69,6%	(156.952)	-68,4%	-2%
Lucro bruto	67.036	30,4%	72.432	31,6%	-7,4%
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	(28.302)	-12,8%	(29.013)	-12,6%	-2,5%
Despesas comerciais	(22.917)	-10,4%	(20.092)	-8,8%	14,1%
Despesas de pesquisa e desenvolvimento	(26.801)	-12,1%	(19.434)	-8,5%	37,9%
Resultado de equivalência patrimonial	2.984	1,4%	5.626	2,5%	-47%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	2.156	1%	30.850	13,4%	-93%
Lucro (prejuízo) antes das receitas (despesas) financeiras	(5.844)	-2,6%	40.369	17,6%	-114,5%
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	18.899	8,6%	19.026	8,3%	-0,7%
Despesas financeiras	(27.720)	-12,6%	(27.307)	-11,9%	1,5%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(14.665)	-6,6%	32.088	14%	-145,7%
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(912)	-0,4%	(679)	-0,3%	34,3%
Diferido	2.611	1,2%	1.906	0,8%	37%
Lucro (prejuízo) do exercício proveniente de operações em continuidade	(12.966)	-5,9%	33.315	14,5%	-138,9%
Operações descontinuadas					
Resultado líquido das operações descontinuadas	24.669	11,2%	-	-	-
Lucro do exercício proveniente de operações descontinuadas	24.669	11,2%	-	-	=
Lucro Líquido do exercício	11.703	5,3%	33.315	14,5%	-64,9%
Resultado atribuível aos					
Acionistas controladores	11.703	5,3%	33.315	14,5%	-64,9%
Lucro por Ação					
Lucro por ação básico e diluído	0,7161		2,0383		

Receita Operacional Líquida

Em 31 de dezembro de 2019, a receita operacional líquida totalizou R\$220,8 milhões, representando uma redução de 3,7%, ou R\$8,6 milhões, em relação ao ano anterior, quando somou R\$229,4 milhões. Essa redução se deve, principalmente, à diminuição das receitas advindas da unidade de negócio Sistemas Submarinos, que registrou uma queda de 75,3%, ou R\$18,9 milhões, no exercício social de 2019, tendo em vista que a Companhia somente auferiu receita desta unidade de negócio no primeiro trimestre de 2019.

Receitas (despesas) operacionais

Despesas Comerciais

As despesas comerciais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$22,9 milhões, 14,1% acima do valor registrado em 2018 (R\$20,1 milhões). Esse aumento se deve, principalmente, ao incremento da força de vendas nas controladas da Companhia no exterior, especialmente na Colômbia e Argentina.

Despesas de pesquisa e desenvolvimento

As despesas de pesquisa e desenvolvimento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$26,8 milhões, aumento de 37,9%, ou R\$7,4 milhões quando comparado ao saldo de R\$19,3 milhões no exercício de 2018. Esse aumento nas despesas decorre dos investimentos em tecnologia realizados pela Companhia, seu diferencial para manter-se competitiva e na fronteira do conhecimento em sua área de especialização em sistemas de transmissão óptica, agregadores de tráfego e sistemas para redes de acesso. Os investimentos realizados pela Companhia foram voltados para um portifólio em sistemas de comunicações ópticas de alto desempenho.

Outras receitas (despesas) operacionais

Em 31 de dezembro de 2019, as outras receitas (despesas) operacionais tiveram um saldo positivo de R\$2,2 milhões, representando uma redução de 93%, ou R\$28,7 milhões, quando comparada ao saldo positivo de R\$30,8 milhões no mesmo período de 2018. Essa variação negativa é explicada principalmente pelo estorno de provisão de contingências no valor de R\$25,5 milhões em função do ganho de um processo tributário pela Padtec S.A.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social diferido

Em 31 de dezembro de 2019, o imposto de renda e contribuição social diferido totalizou R\$2,6 milhões, um aumento de 37% em relação a 2018, ou de R\$0,7 milhão, enquanto no exercício de 2018 o saldo foi de R\$1,9 milhão. Esse aumento decorre do ajuste realizado no montante devido pela Automatos Participações referente ao programa de parcelamento fiscal (PERT) aderido pela referida controlada.

Operações descontinuadas

O saldo das operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$24,7 milhões, sendo que no exercício de 2018 a Companhia não registrou nenhum saldo referente a essa conta. Esse registro contábil se deve, exclusivamente, à realização do desinvestimento das unidades de negócios OTN Switch e Sistemas Submarinos, ambos realizados em 2019, de forma não recorrente.

Lucro líquido do exercício

Em 31 de dezembro de 2020, o lucro líquido do exercício foi R\$11,7 milhões, uma redução de 64,9%, ou de R\$ 21,6 milhões em relação ao exercício de 2018, que registrou o saldo de R\$33,3 milhões. Essa redução é reflexo das razões explicadas nas linhas acima.

Balanços Patrimoniais

	Combinado				
	31/12/20	AV	31/12/19	AV	АН
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	64.680	17,2%	49.606	15,2%	30,4%
Contas a receber de clientes	100.296	26,6%	62.196	19,1%	61,3%
Estoques	61.989	16,5%	55.657	17,1%	11,4%
Impostos a recuperar	23.562	6,3%	11.581	3,6%	103,5%
Operações financeiras	37.139	9,9%	41.060	12,6%	-9,5%
Outros créditos	2.356	0,6%	1.452	0,4%	62,3%
Total do ativo circulante		77%	221.552	68,1%	30,9%
Ativo não circulante mantido para venda					
Ativo mantido para venda	-	-	255	0,1%	-100%
Total do ativo circulante	-	-	255	0,1%	-100%
Não circulante					
Contas a receber de clientes	2.377	0,6%	3.771	1,2%	-37%
Impostos a recuperar	324	-	10.123	3,1%	-96,8%
Aplicações financeiras em garantia	19.395	5,1%	14.787	4,5%	31,2%
Operações financeiras	11.460	3%	18.973	5,8%	-39,6%
Depósito Judicial	2.364	0,6%	12.172	3,7%	-80,6%
Outros créditos	2.905	0,8%	2.988	0,9%	-2,8%
Imobilizado	18.540	4,9%	19.070	5,9%	-2,8%
Intangível	29.217	7,8%	21.849	6,7%	33,7%
Total do ativo não circulante		23%	103.733	31,9%	-16,5%
Total do ativo		100%	325.540	100%	15,7%

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

	Combinad	0			
	31/12/20	AV	31/12/19	AV	АН
Passivo	44.196	AV	43.830	AV	АН
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	11.151	3,0%	23.927	7,3%	-53,4%
Debêntures	7.765	2,1%	-	0,0%	100,0%
Arrendamento mercantil com partes relacionadas	2.733	0,7%	2.753	0,8%	-0,7%
Fornecedores	55.832	14,8%	34.674	10,7%	61,0%
Risco sacado	1.971	0,5%	1.655	0,5%	19,1%
Partes relacionadas	948	0,3%	3.250	1,0%	-70,8%
Impostos e contribuições a pagar	9.204	2,4%	7.812	2,4%	17,8%
Impostos e contribuições a pagar - parcelamento	6.331	1,7%	7.212	2,2%	-12,2%
Obrigações sociais	18.976	5,0%	13.859	4,3%	36,9%
Provisões diversas	2.745	0,7%	2.765	0,8%	-0,7%
Operações financeiras	37.139	9,9%	41.060	12,6%	-9,5%
Outras contas a pagar	4.946	1,3%	1.236	0,4%	300,2%
Total do passivo circulante	159.741	42,4%	140.203	42,1%	13,9%
Não circulante					
Provisões para riscos trabalhistas e tributários	35.970	9,6%	41.707	12,8%	-13,8%
Empréstimos e financiamentos	32.281	8,6%	21.888	6,7%	47,5%
Debêntures	31.313	8,3%	-	0,0%	100,0%
Arrendamento mercantil com partes relacionadas	624	0,2%	3.290	1,0%	-81,0%
Impostos e contribuições a pagar - parcelamento	2.203	0,6%	12.070	3,7%	-81,7%
Partes relacionadas	-	0,0%	610	0,2%	-100,0%
Operações financeiras	11.460	3,0%	18.973	5,8%	-39,6%
	-				
Total do passivo não circulante	113.851	31,2%	98.538	31,3%	15,5%
Total do passivo	273.592	72,6%	238.741	73,3%	15,5%
Patrimônio líquido					
Capital social	199.211	52,9%	200.297	61,5%	-0,5%
Opções de ações	-	0%	-	0%	0%
Ações em tesouraria	-	0%	-	0%	0%
Reservas de capital	-2.674	-0,7%	-2.674	-0,8%	0%
Lucros / prejuízos acumulados	-83.331	-22,1%	-100.542	-30,9%	-17,1%
Ágio em transação de capital	599	0,2%	-	0%	0%
Outros resultantes abrangentes	-10.793	-2,9%	-10.282	-3,2%	5%
Ajuste ou conversão de balanço	-	0%	-	0%	0%
Total do patrimônio líquido	103.012	27,4%	86.799	26,7%	18,7%
Total do passivo e patrimônio líquido	376.604	100%	325.540	100%	15,7%

Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante da Companhia registrou saldo de R\$290,0 milhões, representando um aumento de 30,9%, ou R\$68,5 milhões, em comparação com o exercício social de 2019, quando registrou saldo de R\$221,6 milhões. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 77% em 31 de dezembro de 2020 e 68,1% em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento se deve, principalmente, à variação das contas mencionadas abaixo.

Caixa e Equivalente de Caixa

Em 31 de dezembro de 2020, o caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$64,7 milhões, representando um aumento de 30,4%, ou R\$15,1 milhões, em relação ao exercício social de 2019, que registrou um saldo de R\$49,6 milhões. Esse aumento se deve, principalmente, ao recebimento de R\$6 milhões relativos a acordo judicial celebrado no âmbito de processos cíveis da controlada Automatos Participações e de R\$7,4 milhões da venda da unidade de negócio Sistemas Submarinos.

Contas a Receber de Clientes

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de contas a receber de clientes totalizou R\$100,3 milhões, representando um aumento de 61,3%, ou de R\$38,1 milhões, quando comparado com o saldo de R\$62,2 milhões registrado no exercício social de 2019. Esse aumento se deve ao incremento das vendas realizadas em 2020 e à concessão de maior prazo de pagamento aos clientes da Companhia, especialmente aos pequenos provedores.

Impostos a Recuperar

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta impostos a recuperar totalizou R\$23,6 milhões, representando um aumento de 103,5%, ou R\$12 milhões, frente ao saldo de R\$11,6 milhões registrado em 2019. Grande parte deste incremento (R\$4,4 milhões) é justificado por créditos financeiros oriundos da alteração da Lei n° 8.248/91 (Lei de Informática), pela Lei n° 13.969/19, que teve início de vigência em 1° de abril de 2020, momento em que o incentivo fiscal passou a ser o recebimento de crédito financeiro proporcional aos investimentos de pesquisa e desenvolvimento realizados antecipadamente pelos beneficiários. O crédito financeiro é calculado trimestralmente e será utilizado para pagar tributos federais controlados pela Secretária da Receita Federal do Brasil.

Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante totalizou R\$86,6 milhões, representando uma redução de 16,5%, ou R\$17,2 milhões, em comparação com R\$103,7 milhões registrado em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 23% em 31 de dezembro de 2020 e 31,9% em 31 de dezembro de 2019.

Impostos a Recuperar

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo dos impostos a recuperar totalizou R\$0,3 milhão, representando uma redução de 96,8%, ou R\$9,8 milhões, em relação a R\$10,1 milhões registrado em 31 de dezembro de 2019. A baixa do saldo de R\$8,1 milhões referente aos créditos de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL utilizados para o pagamento do saldo devedor do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) justifica a redução observada nessa conta.

Aplicações Financeiras em Garantia

Em 31 de dezembro de 2020, as aplicações financeiras em garantia somaram R\$19,4 milhões, representando um aumento de 31,2%, ou R\$4,6 milhões, em relação a 2019, quando totalizou R\$14,8 milhões. Esse aumento se deve, principalmente, à realização de aplicações (i) em cotas do fundo FIC FIDC OSHER, cuja finalidade é financiar clientes e antecipar seus recebíveis, no montante de R\$5,2 milhões, (ii) em Certificado de Depósito Bancário (CDB) do Banco Bradesco no montante de R\$5,2 milhões, parte utilizado como seguro garantia judicial e parte para garantir a dívida junto à FINEP e (iii) em um Certificado de Depósito Bancário (CDB) do Banco Safra no montante de R\$9,0 milhões, garantidor de dívida tomada junto ao BNDES e liquidada em novembro de 2020.

Operações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo das operações financeiras totalizou R\$37,1 milhões, representando uma redução de 9,5%, ou R\$3,9 milhões, em relação ao mesmo período de 2019, quando somou R\$41 milhões. Essa redução se deve, principalmente, a operação de Vendor, que consiste em operações de financiamento de vendas a clientes baseadas no princípio de cessão de crédito (e conforme os clientes pagam seus financiamentos, o saldo da conta de Operações Financeira reduz) e aplicação em fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) de curto prazo.].

Depósitos Judiciais

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo dos depósitos judiciais somou R\$2,4 milhões, representando uma redução de 80,6%, ou R\$9,8 milhões, em relação ao mesmo período de 2019, quando totalizou R\$12,2 milhões. Essa redução se deve, principalmente, à baixa de R\$6 milhões relativos a acordo judicial celebrado no âmbito de processos cíveis da controlada Automatos Participações, valor recebido pela Companhia em 2020.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2020, o intangível totalizou R\$29,2 milhões, representando um aumento de 33,7%, ou R\$7,4 milhões, em relação ao mesmo período 2019, quando totalizou R\$21,8 milhões. Esse aumento se deve, principalmente, ao desenvolvimento de novos projetos, cujas tecnologias atendem aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos e geração de benefícios econômicos futuros.

Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante totalizou R\$159,7 milhões, representando um aumento de 13,9%, ou R\$19,5 milhões, em comparação com R\$140,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 42,4% em 31 de dezembro de 2020 e 43,1% em 31 de dezembro de 2019.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de empréstimos e financiamentos totalizou R\$43,4 milhões, representando uma redução de 5,2%, ou R\$2,4 milhões em relação a 31 de dezembro de 2019, que registrou saldo de R\$45,8 milhões.

Do total de empréstimos e financiamentos registrado em 31 de dezembro de 2020, 25,7% (R\$11,2 milhões) correspondem a obrigações de curto prazo e 74% (R\$32,3 milhões) a obrigações de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2019, essa relação era: 70,5% (R\$32,3 milhões) de curto prazo e 29,5% (R\$21,9 milhões) de longo prazo.

A redução da conta de empréstimos e financiamentos deve-se, principalmente, a redução das obrigações de curto prazo, que baixaram de R\$23,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$11,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, redução de 53,4%, ou R\$12,8 milhões, explicado pelo reperfilamento e alongamento das dívidas da Companhia ao longo de 2020.

Como consequência do reperfilamento e alongamento das dívidas, os empréstimos e financiamentos de longo prazo aumentaram de R\$21,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$32,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, incremento de 47,5%, ou R\$10,4 milhões.

Operações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo das operações financeiras totalizou R\$37,1 milhões, representando uma redução de 9,5%, ou R\$3,9 milhões, em relação ao mesmo período de 2019, quando somou R\$41 milhões. Essa redução se deve, principalmente, a operação de Vendor e aplicação em fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) de curto prazo.

Debêntures

A emissão de debêntures pela Padtec S.A. em 2020, no valor total de R\$40 milhões, justifica o saldo de R\$7,8 milhões no curto prazo em 31 de dezembro de 2020.

PÁGINA: 70 de 79

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020, os fornecedores totalizaram R\$55,8 milhões, representando um aumento de 61%, ou R\$21,2 milhões, em comparação com R\$34,7 milhões registrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento se deve, principalmente, à alta da taxa do câmbio em 2020 que impactou os custos com fornecedores estrangeiros (R\$43,0 milhões em 2020 frente a R\$23,6 milhões em 2019, incremento de cerca de 80% no período).

Partes Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de curto prazo das partes relacionadas totalizou R\$0,9 milhão, representando uma redução de 70,8%, ou R\$2,3 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2019, quando registrou R\$3,3 milhões. Essa redução se deve, principalmente, aos pagamentos realizados à Fundação CPqD no âmbito do contrato celebrado com esta parte relacionada relativo a serviços de desenvolvimento tecnológico.

Outras Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de outras contas a pagar totalizou R\$5 milhões, representando um aumento de 300,2%, ou R\$3,8 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2019, quando registrou saldo de R\$1,2 milhões. O aumento se deve, principalmente, ao saldo registrado como adiantamento de clientes que refere-se a antecipação de faturamento.

Passivo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante era de R\$113,9 milhões, representando um aumento de 15,5%, ou R\$15,3 milhões, em comparação com R\$98,6 milhões registrado em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 31,2% em 31 de dezembro de 2020, a mesma relação verificada em 31 de dezembro de 2019, 31,3%.

Debêntures

A emissão de debêntures pela Padtec S.A. em 2020, no valor total de R\$40 milhões, justifica o saldo de R\$31,3 milhões no longo prazo em 31 de dezembro de 2020.

Arrendamento Mercantil com Partes Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2020, o arrendamento mercantil com partes relacionadas foi de R\$0,6 milhão, representando uma redução de 81%, ou R\$2,7 milhões, quando comparado a R\$3,3 milhões registrado em relação a 31 de dezembro de 2019. Essa redução se deve aos pagamentos realizados no âmbito do contrato de arrendamento operacional de imóvel onde está localizada a sede administrativa da Companhia. O arrendamento tem duração de três anos (com vencimento em 2022), com opção de renovação após este período e não possui cláusulas de opção de compra no respectivo término.

Impostos e Contribuições a Pagar

Em 31 de dezembro de 2020, os impostos e contribuições a pagar somaram R\$2,2 milhões, representando uma redução de 81,7%, ou R\$9,9 milhões, quando comparado a R\$12,1 milhões registrado em relação a 31 de dezembro de 2019. Após a consolidação do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), que consiste na homologação do parcelamento por parte da Receita Federal, a Companhia compensou seus impostos a recuperar com seu passivo de impostos a pagar. Isso explica a redução observada.

Operações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, as operações financeiras de Vendor e em fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) de longo prazo totalizavam R\$11,4 milhões, redução de 39,6% sobre 31 de dezembro de 2019, R\$19,0 milhões.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$103,0 milhões, um aumento de 18,7%, ou R\$16,2 milhões, em comparação com R\$86,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido representava 27,4% em 31 de dezembro de 2020 e 26,7% em 31 de dezembro de 2019.

PÁGINA: 72 de 79

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

Ativo	31/12/19	AV	31/12/18	AV	AH
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	49.606	15,2%	45.497	13,7%	9,0%
Contas a receber de clientes	62.196	19,1%	70.987	21,3%	-12,4%
Estoques	55.657	17,1%	41.211	12,4%	35,1%
Impostos a recuperar	11.581	3,6%	15.160	4,6%	-23,6%
Operações financeiras	41.060	12,6%	16.734	5,0%	145,4%
Outros créditos	1.452	0,4%	3.484	1,0%	-58,3%
Total do ativo circulante	221.552	68,1%	193.073	58%	14,8%
Ativo não circulante mantido para venda					
Ativo mantido para venda	255	-	25.917	8%	-99%
Total ativo não circulante mantido para venda	255	-	25.917	7,8%	-99%
Não circulante					
Contas a receber de clientes	3.771	1,2%	4.793	1,4%	-21,3%
Impostos a recuperar	10.123	0,0%	5.626	1,7%	79,9%
Aplicações financeiras em garantia	14.787	4,5%	11.456	3,4%	29,1%
Operações financeiras	18.973	5,8%	12.263	3,7%	54,7%
Depósito Judicial	12.172	3,7%	11.679	3,5%	4,2%
Outros créditos	2.988	0,9%	8.320	2,5%	-64,1%
Imobilizado	19.070	5,9%	11.785	3,5%	61,8%
Intangível	21.849	6,7%	48.073	14,4%	-54,6%
Total do ativo não circulante	103.733	31,9%	113.995	34,2%	-9%
Total do ativo	325.540	100%	332.985	100%	-2,2%
	Combinado				
Passivo	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	АН
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	23.927	7,3%	31.445	9,4%	-23,9%
Arrendamento mercantil com partes relacionadas	2.753	0,8%	-	0,0%	100,0%
Fornecedores	34.674	10,7%	25.217	7,6%	37,5%
Risco sacado	1.655	0,5%	2.036	0,6%	-18,7%
Partes relacionadas	3.250	1,0%	3	0,0%	108233,3 %

Impostos e contribuições a pagar	7.812	2,4%	9.035	2,7%	-13,5%
Impostos e contribuições a pagar - parcelamento	7.212	2,2%	5.483	1,6%	31,5%
Obrigações sociais	13.859	4,3%	16.487	5,0%	-15,9%
Provisões diversas	2.765	0,8%	1.768	0,5%	56,4%
Operações financeiras	41.060	12,6%	16.734	5,0%	145,4%
Outras contas a pagar	1.236	0,4%	1.281	0,4%	-3,5%
Total do passivo circulante	140.203	43,1%	109.489	32,9%	28,1%
Não circulante					
Provisões para riscos trabalhistas e tributários	41.707	12,8%	50.291	15,1%	-17,1%
Empréstimos e financiamentos	21.888	6,7%	57.158	17,2%	-61,7%
Arrendamento mercantil com partes relacionadas	3.290	1,0%	-	0,0%	100,0%
FINEP	-	3,7%	3.582	4,3%	-16,4%
Impostos e contribuições a pagar	-	0,2%	423	2,5%	-92,6%
Impostos e contribuições a pagar - parcelamento	12.070	5,8%	14.440	3,7%	54,7%
Partes relacionadas	610	12,8%	8.261	15,1%	-17,1%
Operações financeiras	18.973	6,7%	12.263	17,2%	-61,7%
Total do passivo não circulante	98.538	31,3%	146.967	45,1%	-33%
Total do passivo	238.741	73,3%	256.456	77%	-6,9%
Patrimônio líquido					
Capital social	200.297	61,5%	195.080	58,6%	2,7%
Reservas de capital	-2.674	-0,8%	-2.674	-0,8%	0,0%
Lucros / prejuízos acumulados	-100.542	-30,9%	-105.981	-31,8%	-5,1%
Ágio em transação de capital	-	-3,2%	-	-3,0%	3,9%
Outros resultantes abrangentes	-10.282	61,5%	-9.896	58,6%	2,7%
Total do patrimônio líquido	86.799	26,7%	76.529	23%	13,4%
Total do passivo e patrimônio líquido	325.540	100%	332.985	100%	-2,2%

Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R\$221,6 milhões, em comparação com R\$193,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, redução de 14,8% ou R\$28,5 milhões. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 68,1% em 31 de dezembro de 2019 e 58% em 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2019, os estoques eram de R\$55,7 milhões, em comparação com R\$41,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, aumento de 35,1%, ou R\$14,5 milhões, em função de maiores gastos com matéria prima e importações em andamento.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha operações financeiras de Vendor e em fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) no montante total de R\$60,0 milhões. Essas operações financeiras têm como objetivo facilitar a aquisição de produtos e serviços de implantação por clientes que não têm acesso direto às linhas de financiamento disponíveis no mercado. Cerca de 68% dessas obrigações são de curto prazo, R\$41,1 milhões, (e 32% longo prazo, R\$19 milhões) e a contrapartida dos lançamentos consta no passivo circulante e no passivo não circulante. Em relação a 31 de dezembro de 2019, R\$29,0 milhões, houve incremento de 107% ou R\$31 milhões.

Tais operações financeiras de curto prazo em 31 de dezembro de 2019 somaram R\$41,1 milhões, aumento de 145,4% ou R\$24,3 milhões, em relação a 2018, R\$16,7 milhões.

Ativo não Circulante Mantido para Venda

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo era de R\$0,3 milhão, composto por 15 (quinze) imóveis localizados no Paraná. Em 31 de dezembro de 2018, e saldo somava R\$26,0 milhões e além desses imóveis, incluía a unidade de negócios de sistemas submarinos e a plataforma OTN Switch – ambos vendidos em 2019.

Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante era de R\$103,7 milhões, apresentando redução de 9% (ou R\$10,3 milhões) comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2018, R\$114 milhões. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 31,9% em 31 de dezembro de 2019 e 34,2% em 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2019, os impostos a recuperar somaram R\$10,1 milhões, redução de 79,9% (R\$4,5 milhões) sobre 31 de dezembro de 2018, R\$5,6 milhões. Essa redução decorre da utilização do saldo dos impostos para compensação de valores registrados como passivos.

Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações financeiras em garantia somaram R\$14,8 milhões, aumento de 29,1% (R\$3,3 milhões) em relação a 2018, quando totalizaram R\$11,5 milhões. Esse aumento decorre de uma nova operação de FIDC junto ao Grupo Sifra no valor de R\$5 milhões, com a finalidade de financiar clientes e antecipar recursos (recebíveis).

Em 31 de dezembro de 2019, outros créditos somaram R\$3,0 milhões, redução de 64,1% (R\$5,3 milhões) em comparação a 31 de dezembro de 2018, R\$8,3 milhões. Em abril de 2018, a Companhia registrou como perda no resultado R\$2,2 milhões referentes a aplicação financeira do Banco Neon, após o Banco Central decretar sua liquidação extrajudicial. Em julho daquele ano, a Companhia recebeu do fundo garantidor R\$0,3 milhão, que foi abatido do saldo que estava aplicado no Banco Neon. No mesmo mês, a empresa Mecominas declarou o domínio e a posse dos direitos creditórios do CDB de emissão do Banco Neon.

Em 31 de dezembro de 2019, o imobilizado era de R\$19,1 milhões. O aumento de 61,8%, R\$7,3 milhões, sobre 31 de dezembro de 2018, R\$11,8 milhões, justifica-se pelo direito de uso estabelecido no contrato de arrendamento operacional/locação da sede administrativa da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, o intangível totalizou R\$21,8 milhões, redução de 54,6% (ou R\$26,2 milhões) em relação a 31 de dezembro de 2018, R\$48,1 milhões, em função da classificação da unidade de negócios de sistemas submarinos e a plataforma OTN Switch como ativos mantidos para venda.

Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R\$140,2 milhões, em comparação com R\$109,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, aumento de 28,1%, R\$30,7 milhões. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 43,1% em 31 de dezembro de 2019 e 31,9% em 31 de dezembro de 2018.

Do valor total de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2020, R\$45,8 milhões, 52% (R\$23,9 milhões) correspondem a obrigações de curto prazo e 48% (R\$21,9 milhões) a obrigações de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2018, o total de empréstimos e financiamentos somava R\$88,6 milhões (houve incremento de 48,3% em 2019 em comparação a 2018) e essa relação era de 35% obrigações de curto prazo (R\$31,5 milhões) e 65% obrigações de longo prazo (R\$50,3 milhões).

Em 31 de dezembro de 2019, os arrendamentos mercantis com partes relacionadas totalizaram R\$2,8 milhões, aumento de 100% em comparação com 31 de dezembro de 2018, uma vez que o contrato de arrendamento operacional de imóvel onde está localizada a sede administrativa da Companhia foi celebrado em 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, as partes relacionadas foram de R\$3,3 milhões, aumento de 100% em comparação com 31 de dezembro de 2018, devido ao contrato celebrado com a Fundação CPQD relativo a serviços de desenvolvimento tecnológico.

Em 31 de dezembro de 2019, as operações financeiras de Vendor e em fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) de curto prazo foram de R\$41,1 milhões, aumento de 145,4% (R\$24,3 milhões) em relação ao ano anterior, R\$16,7 milhões.

Passivo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R\$98,6 milhões, frente a R\$147,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, redução de 33% (R\$48,4 milhões). Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 31,3% em 31 de dezembro de 2019, enquanto que em 31 de dezembro de 2018 era de 45,1%.

Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos e financiamentos de longo prazo eram de R\$21,9 milhões frente a R\$57,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, redução de 61,7% (R\$35,3 milhões) em função do pagamento de juros e principal.

Em 31 de dezembro de 2019, o arrendamento mercantil com partes relacionadas foi de R\$3,3 milhões, originada pelo contrato de arrendamento operacional de imóvel onde está localizada a sede administrativa da Companhia. O arrendamento tem duração de três anos (com vencimento em 2022), com opção de renovação após este período e não possui cláusulas de opção de compra no respectivo término.

Em 31 de dezembro de 2019, as operações financeiras de Vendor e em fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) de longo prazo totalizavam R\$19,0 milhões, incremento de 54,7% (ou R\$6,7 milhões) sobre 31 de dezembro de 2018, R\$12,3 milhões.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R\$86,8 milhões, em comparação com R\$76,5 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido representava 26,7% em 31 de dezembro de 2019 e 23,0% em 31 de dezembro de 2018.

Fluxo de Caixa

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Consolidado

	5555		
(em R\$ mil, exceto%)	Exercício social encerrado em 2020	Exercício social encerrado em 2019	
Fluxo de caixa			
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	5.865	(33.624)	
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(27.195)	79.755	
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	36.404	(42.022)	
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	15.074	4.109	

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$5,9 milhões. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o caixa líquido gerado nas atividades operacionais foi negativo em R\$33,6 milhões. A variação de R\$39,5 milhões é atribuída ao aumento de R\$7,2 milhões no lucro do exercício antes dos impostos advindo de suas atividades operacionais, aumento de R\$11,5 em fornecedores justificado pela extensão nos prazos de pagamento, recebimento de R\$ 6 milhões referente a processo cível da subsidiária Automatos, redução de R\$3,1 milhões nos pagamentos de encargos de dívidas decorrente da redução no saldo dos empréstimos e financiamentos.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi negativo em R\$27,2 milhões, em comparação ao caixa líquido utilizado nas atividades de investimento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$79,8 milhões. A variação negativa de R\$107,0 milhões é atribuída à venda das unidades de negócio Submarino e OTN Switch em 2019 em R\$102,9 milhões.

Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento

O caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$36,4 milhões, em comparação ao caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi negativo em R\$42,0 milhões. A variação de R\$78,4 milhões é atribuída à captação de novos empréstimos e debêntures de R\$107 milhões, compensado pelo pagamento a maior de principal de R\$29,4 milhões.

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em R\$ mil, exceto%)	Exercício social encerrado em 2019	Exercício social encerrado em 2018	
Fluxo de caixa			
Caixa Iíquido gerado nas atividades operacionais	(33.624)	24.168	
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	79.755	(1.152)	
Caixa Iíquido gerado nas atividades de financiamento	(42.022)	131	
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	4.109	23.147	

PÁGINA: 78 de 79

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi negativo em R\$33,6 milhões, em comparação ao caixa líquido gerado nas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$24,2 milhões. A variação negativa de R\$57,8 milhões é atribuída à redução de R\$ 22,1 milhões no resultado do exercício antes dos impostos devido ao estorno da provisão para contingências em 2018 no valor de R\$ 29,7 milhões, referente ao processo de exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, ao valor de R\$26,6 milhõe decorrente do ativo mantido para venda registrado no balanço de 2018 e que foi revertido em 2019 com a venda das unidades de negócio Submarino e OTN Switch.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$79,8 milhões, em comparação ao caixa líquido utilizado nas atividades de investimento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi negativo em R\$1,2 milhão. A variação de R\$80,9 milhões é atribuída à R\$102, 9 milhões referente a venda as unidades de negócio Submarino e OTN Switch em 2019, compensado pela redução de R\$17,2 no saldo de aplicações financeiras em garantia, utilizada para capital de giro.

Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento

O caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi negativo em R\$42,0 milhões, em comparação ao caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$0,1 milhão. A variação negativa de R\$42,1 milhões é atribuída ao pagamento de empréstimos e financiamentos R\$41,5 milhões utilizando os recursos recebidos da venda das unidade de negócio submarina e OTN Switch.

PÁGINA: 79 de 79